



# Separata

# O SARGENTO

Suplemento de 12 páginas de O Sargento n.º 95

## SESSÃO EVOCATIVA



15.º Aniversário das Leis Orgânicas

Reconhecimento do Direito  
ao Associativismo

Profissional dos Militares



As Associações Profissionais de Militares, ANS, AOFA e AP, promoveram uma Sessão Evocativa do 15.º aniversário da publicação das Leis Orgânicas que reconheceram o direito ao associativismo profissional para os militares, as Leis Orgânicas nº 3/2001 de 29 de Agosto e nº 4/2001 de 30 de Agosto. A sessão decorreu no passado dia 7 de Dezembro de 2016, no Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República, em Lisboa, durante todo o dia, dividida em dois painéis.

Visto o elevado interesse e importância das intervenções ali proferidas, entenderam as Direcções da ANS e do jornal "O Sargento" publicar as mesmas, na íntegra, como suplementos do jornal. Dada a extensão dos trabalhos, a sessão será publicada em dois suplementos. Com a edição nº 95 do jornal "O Sargento" é publicado este suplemento, relativo ao painel da manhã, subordinado ao tema "A Perspectiva Parlamentar e Legislativa!".

A transcrição procurará ser o mais fiel possível, tentando reproduzir por escrito aquilo que foi dito. Pelo facto, poderão por vezes aparecer expressões menos comuns na perspectiva de um texto, concordâncias verbais ou temporais menos correctas, ou espaços e reticências menos literários.

Contudo, a consciência da importância de fazer chegar aos nossos leitores, particularmente a todos quantos não puderam estar presentes, o conteúdo de tão importante evento, e o respeito por todos os interventores, determinou que tal opção tenha sido tomada. É assim, portanto, que a transcrição das intervenções procurará ser o mais fiel possível ao que foi, e como foi, dito pelos diversos oradores.

As fotografias publicadas neste Suplemento foram gentilmente cedidas pela Assembleia da República e são da autoria do fotógrafo Luís Saraiva.



O speaker, Cabo Vitor Nicolau, da AP, chamou para a mesa de abertura dos trabalhos o presidente da ANS, Sargento-

-Mor José Gonçalves, o presidente da AOFA, Tenente-Coronel António Mota, o presidente da AP, Cabo Luís Reis e o vice-presidente da Assembleia da República, deputado José Manuel Pureza, em representação do Presidente da Assembleia da República.



De seguida, passou a palavra ao presidente da AP para a intervenção de abertura.



**Cabo Luís Reis** – Bom dia a todos os presentes!

Depois de 19 anos da publicação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei 29/82, de 11 de Dezembro) e de muita e intensa luta pela alteração do seu Artigo 31.º, que restringia excessivamente os direitos dos cidadãos militares, como em 1982 afirmou em declaração de voto o então deputado Jorge Sampaio, em Agosto de 2001 foi finalmente publicada a lei que reconhece o direito ao associativismo profissional para os militares (Lei Orgânica 03/2001, de 29 de Agosto) e, por consequência, a necessária alteração do Artigo 31.º da LDNFA (Lei Orgânica 04/2001, de 30 de Agosto).

Numa primeira leitura pode dizer-se que se deu um grande passo no reconhecimento dos direitos. Contudo,

com o passar dos anos, o balanço do deve e haver não pode ser considerado positivo. Pelo contrário. Em muitos aspectos, a lei ficou por cumprir!

Tendo em vista fazer este balanço e lançar a discussão pública sobre os direitos de cidadania dos cidadãos militares, decidiram as Associações Profissionais de Militares (ANS, AOFA e AP) promover a Sessão Evocativa que agora vamos iniciar, tendo lugar na Casa da Democracia, a mesma casa em que em 2001 foram as Leis Orgânicas em questão votadas por unanimidade.

Não podemos deixar de assinalar a presença de todas as entidades que responderam afirmativamente ao nosso convite, demonstrando o interesse, a actualidade e a importância que esta matéria tem na sociedade, hoje! Passo a anunciar as entidades presentes:

Presidente da Assembleia da República;  
Ministro da Defesa Nacional;  
Presidente do Grupo Parlamentar do PSD;  
Presidente do Grupo Parlamentar do PS;  
Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP;  
Presidente do Grupo Parlamentar do BE;  
Presidente do Grupo Parlamentar do PCP;  
Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas;  
Provedor de Justiça;  
Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional;  
Chefe do Estado-Maior da Armada;  
Chefe do Estado-Maior da Força Aérea;  
Chefe do Estado-Maior do Exército;  
Director-Geral de Recursos da Defesa Nacional;  
Associação 25 de Abril;  
Associação dos Deficientes das Forças Armadas;  
Associação dos Profissionais da Guarda – GNR;  
Associação Nacional dos Sargentos da Guarda;  
Associação Sindical dos Profissionais da Polícia;  
Associação Socio-Profissional da Polícia Marítima;  
Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária;  
Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses;  
Associação Portuguesa de Paraquedistas;  
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses;  
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Desporto e Recreio;  
Federação Nacional de Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais;  
Sindicato dos Magistrados do Ministério Público;  
Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado;  
Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos;  
Sindicato da Carreira de Inspeção e Fronteiras do SEF;  
Clube do Sargento da Armada;

Clube de Praças da Armada;  
Sargentos-Mores Assessores do CEMGFA, CEMA, CEMFA e CEME;  
Sargento-Mor Álvaro Martins;  
Cabo Quartim Isidorinho Pereira;  
Dr. Francisco Leitão.

Finalmente não queremos deixar de agradecer a todas as entidades e personalidades que aceitaram o convite para com a sua participação como oradores nos painéis enriquecer esta sessão evocativa e o debate que naturalmente tais matérias suscitarão.

Igualmente agradecemos aos profissionais da comunicação social que acederam em fazer o sensível trabalho de moderação de ambos os painéis.

Antes de passar a palavra à Presidência da Assembleia da República, queremos deixar o nosso apreço e agradecimento à Secretaria-Geral da Assembleia da República e a todo o seu “staff” que tão diligentemente colaborou para que esta sessão fosse uma realidade, aqui, na Casa da Democracia Portuguesa!

**Cabo Vitor Nicolau** - Tem a palavra para uma pequena intervenção o vice-presidente da Assembleia da República, deputado José Manuel Pureza.



**Deputado José Manuel Pureza** – Muito bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar de uma maneira muito especial os dirigentes da Associação Nacional de Sargentos, da Associação de Oficiais das Forças Armadas, da Associação de Praças e cumprimento todas as entidades, ilustres convidados, senhoras e senhores. Permitam-me que também dirija um cumprimento especial ao senhor presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço. Sejam todas e todos muito bem-vindos à Assembleia da República.

Em nome do senhor presidente da Assembleia da República que aqui tenho a honra de representar, douvos as boas vindas. Esta Assembleia associa-se com o maior gosto e com sentido de dever democrático a este acto cívico de comemoração dos quinze anos da publicação das Leis Orgânicas que reconheceram o direito ao associativismo socioprofissional dos cidadãos militares. A palavra reconhecer é aqui fundamental porque, na verdade, as Leis Orgânicas de 2001 nem criaram nem muito menos permitiram direitos. O que fizeram foi reconhecer a existência de direitos. Reconheceram direitos inerentes e inseparáveis da condição de todos os cidadãos num Estado Democrático de Direito. Um Estado que teime em não reconhecer direitos fundamentais a todas as pessoas, independentemente da singularidade das suas condições ou funções, não é digno de se chamar Estado de Direito.

Ao reconhecer, pelas Leis Orgânicas nº 3 e nº 4 de 2001, o direito ao associativismo socioprofissional dos cidadãos militares, o poder legislativo está assim à altura das exigências de uma democracia que dá primazia à lei e aos direitos de todos.

É irrecusável que a Condição Militar tem uma marca de singularidade no plano cívico. Está no âmago de ser militar ter uma entrega altamente acrescida pelo bem do País e do seu Povo e daí decorrerem naturais, e por todos aceites, limites ao exercício de alguns direitos dos comuns dos cidadãos. Mas importa sublinhar, e só pode ser esse o sentido desta comemoração, neste lugar, que num Estado Democrático de Direito, a sociedade reconhece patamares de cidadania inatacáveis para todos e reconhece também para os cidadãos militares, especiais direitos e faculdades. É bem certo que a Instituição Militar tem vindo,

sobretudo nas últimas três décadas, a sofrer alterações substanciais desde a resultante da resolução dos assuntos militares até ao fim do Serviço Militar Obrigatório ou à integração das mulheres na Instituição. Ora, essas mudanças, se algum traço evidenciam de importante é o da maior proximidade da Instituição Militar com a sociedade civil e o da crescente profissionalização da Condição Militar. E é neste quadro que o associativismo socioprofissional e a sua entrega à consagração de condições dignas do exercício da vida militar se devem entender. A intensidade do respeito pelas associações socioprofissionais dos cidadãos militares e o seu efectivo envolvimento nas dimensões profissional e social da Condição Militar são pois importantes barómetros da vitalidade da nossa democracia.

O caminho iniciado há quinze anos tem a sua consolidação posta à prova todos os dias. É por isso que esta celebração do caminho já percorrido, feita nesta Assembleia da República, por iniciativa da Associação Nacional de Sargentos, da Associação de Oficiais das Forças Armadas e da Associação de Praças, coloca esta expressão de cidadania democrática no local em que ela mais sentido: a Casa da Democracia que é a Assembleia da República.

Reitero, pois, para terminar, em nome do senhor presidente da Assembleia da República, e em meu nome, se me é permitido, o gosto e a honra de associarmos a Assembleia da República a esta efeméride e o desejo de que este seja um bom dia de reflexão, profícuo. Muito Obrigado!



**Cabo Vitor Nicolau** - Vamos dar início ao primeiro painel desta sessão evocativa: “A Perspectiva Parlamentar e Legislativa!”. Chamo para a mesa deste painel:

- O jornalista Carlos Varela, moderador do painel;
- O deputado José Medeiros do PS;
- O deputado Pedro Roque, do PSD;
- O deputado João Vasconcelos, do Bloco de Esquerda;
- O deputado João Rebelo..., deve estar a chegar;
- O deputado Jorge Machado, do PCP.



**Jornalista Carlos Varela** – Peço desculpa, em primeiro lugar, pelo atraso. Vamos dar então início ao painel, como já foi realmente referido “A Perspectiva Parlamentar e Legislativa”. Toda a gente sabe com certeza, as pessoas aqui presentes, a importância cada vez maior que tem a instituição militar em relação também aos direitos que assistem e as obrigações, que são muitas, portanto, vamos ver então o que é que os grupos parlamentares têm a dizer relativamente ao assunto. Como todos nós sabemos, eu enquanto jornalista terei a obrigação de saber muito mais sobre a questão militar, a questão das Forças Armadas e da Defesa Nacional é algo que é transversal a tudo aquilo que acontece no País, em bora nem sempre seja, ou tenha

uma correspondência, uma relevância, muito por culpa também de todos nós cidadãos que nem sempre levamos a sério aquilo que acontece em relação às Forças Armadas mas também, por exemplo, relativamente às Forças de Segurança, que estão também aqui representadas como já referido. Portanto, eu vou então dar a palavra ao Dr. Pedro Roque, do PSD.



**Deputado Pedro Roque** – Muito obrigado. Bom dia a todos. Permitam-me duas considerações prévias. A primeira é um pedido de desculpas também prévio, no sentido de que impreterivelmente ao um quarto para o meio-dia, em virtude de um compromisso de última hora, eu terei que me ausentar desta sessão. Feito este esclarecimento, a segunda questão tem a ver com o facto de o pedido de utilização destas instalações foi remetido pelo Sr. Presidente da Assembleia da República à Comissão de Defesa no sentido de saber o que é que a Comissão de Defesa entendia sobre o mesmo e, devo dizer, que foi entendimento unânime da Comissão de Defesa Nacional desta Assembleia da República que não só poderiam usar as instalações como quase que a Assembleia da República tinha o dever de ceder estas instalações uma vez que não conseguimos vislumbrar melhor oportunidade para que estas instalações pudessem ser utilizadas precisamente pelas associações profissionais das Forças Armadas. De alguma maneira esta é a casa da democracia, esta é a casa do povo e há aqui uma espécie de dever no sentido de reconhecer às Forças Armadas portuguesas o papel histórico recente, relativamente recente, que tiveram precisamente na reinstauração da democracia e, portanto, há aqui uma relação de causa efeito e foi com a maior satisfação pela parte do PSD pudemos também votar por unanimidade a cedência dessas mesmas instalações. Portanto, feita esta consideração prévia, em nome do presidente do grupo parlamentar do PSD gostaria de saudar todos e todas aqui presentes e em particular os presidentes e os dirigentes das associações de Oficiais, de Sargentos e de Praças das Forças Armadas, uma saudação também especial para o Coronel Vasco Lourenço, que é o presidente da Associação 25 de Abril e de alguma maneira também representa simbolicamente aquilo que eu afirmei anteriormente relativamente ao papel histórico das Forças Armadas e gostaria de dizer em nome do grupo parlamentar do PSD que, enfim, após a revisão constitucional de 1982, de alguma maneira, aquilo que é um princípio básico de todos os sistemas democráticos, que é a subordinação das Forças Armadas ao poder civil legitimamente e democraticamente constituído e eleito, portanto, fez com que, portanto, as Forças Armadas deixassem de ter, digamos, um papel na condução dos destinos políticos, portanto, recentrou-se o papel das Forças Armadas e no sentido de, de alguma maneira que, portanto, desta subordinação ao poder civil, como disse, que é próprio das democracias e dos sistemas democráticos. Naturalmente que há aqui uma questão que é uma questão fundamental e que está na base da criação do associativismo militar, que é o facto de as Forças Armadas e os membros que constituem as Forças Armadas, as mulheres e os homens que estão nos quadros das Forças armadas, terem um estatuto próprio, uma subordinação hierárquica e de alguma maneira, isto é, dada a peculiar natureza das funções que exercem, os militares aceitam um quadro de significativas restrições de direitos civis e políticos mas, em contrapartida, a comunidade também atribui-lhes um certo número de compensações, isto é, o chamado estatuto ou condição, condição militar. No en-

tanto há aqui, obviamente que vistas as coisas por este prisma, uma lacuna na representatividade dos quadros das Forças Armadas. E, nesse sentido, de alguma maneira foi natural que se evoluísse para um Estado em que, e isso comemora-se agora os quinze anos, que passasse a haver uma... a constituição destas associações profissionais das Forças Armadas, isto é, um enquadramento legal que permita que, de facto, os militares possam exercer um conjunto de direitos, de alguma forma diremos, direitos enquanto corpo e enquanto trabalhadores também, trabalhadores, que não é um quadro puramente sindical mas obviamente não deixa de ter essa representação dos militares enquanto profissionais e, digamos que a legislação que agora faz os seus quinze anos vem garantir que através das associações socioprofissionais que são reconhecidas no conjunto da maior parte dos países europeus nossos aliados e, aliás existe também a EUROMIL da qual estas associações nacionais fazem parte, que enquadra precisamente o exercício destes direitos.

Há aqui um eventual conflito, ou aparentemente conflito, ou conflito teórico, entre aquilo que é uma estrutura fortemente hierarquizada, e que tem que ser assim, isso digamos que é uma característica definidora das Forças Armadas, e de facto que haja, digamos, um outro tipo de instituições que são as associações socioprofissionais que de alguma maneira poderão aparentemente fugir a esta lógica. No entanto, na nossa opinião, não existe qualquer contradição no sentido de que obviamente que as chefias militares não estão vocacionadas para este papel, digamos, de defesa dos interesses profissionais dos militares e portanto, nesse sentido há também, e na nossa opinião há, tem que haver, um reconhecimento por parte das chefias militares do papel importante, eu diria, insubstituível e incontornável das associações socioprofissionais na defesa dos seus interesses, porque não faria sentido que fossem as chefias militares que não estão vocacionadas para, digamos, fazer este tipo de representação. E portanto, a partir do momento em que o associativismo militar foi considerado como um dado adquirido na nossa democracia devido à progressiva implantação da lógica profissional dos militares, sem pôr em causa a sua vertente vocacional, o associativismo surge como um factor de coesão e como um reconhecimento constitucional e, em teoria, até um próprio direito humano. E portanto, surge então em 2001, a 29 de Agosto, a lei que dá o direito de associação profissional dos militares e que foi aprovada por unanimidade nesta mesma Assembleia da República, o que só por si também é eloquente e elucidativo relativamente ao, digamos, ao propósito que é um propósito reconhecido por todos os quadrantes políticos nesta representação institucional dos militares com carácter assistencial, deontológico e socioprofissional.

E portanto, enfim, não me quero também alongar excessivamente, dizer que da nossa parte, revemo-nos na legislação que é enquadrável, ela surge e é perfeitamente compatível com a estrutura hierarquizada das Forças Armadas, na defesa dos interesses corporativos, profissionais dos militares das Forças Armadas, num quadro que não é, nem pode ser, necessariamente um quadro de carácter sindical, digamos "tout court" ou evidentemente não passa pela cabeça de ninguém que haja, por exemplo, ou que os militares possam exercer o direito à greve, mas de qualquer maneira, não deixa de ter em conta as especificidades da sua condição e os interesses profissionais que obviamente eles têm porque obviamente que são pessoas, são trabalhadores e como tal esse direito é-lhes reconhecido e, portanto, uma natureza peculiar da função importantíssima, insubstituível que exercem e mormente num quadro de dificuldades internacionais, das relações internacionais que vivemos, isso é particularmente importante e verdadeiro e, tendo em consideração que existe um quadro de significativas restrições aos seus direitos, e perfeitamente enquadradas na Constituição e na lei o reconhecimento da existência destas associações profissionais na defesa dos seus interesses socioprofissionais. Muito obrigado!

**Jornalista Carlos Varela** – Acabámos de ouvir então o Dr. Pedro Roque. Creio que há aqui uma referência extremamente importante e que deve ser levada em linha de

conta, durante este debate, que é uma expressão que é marcante: a hierarquia militar não está vocacionada para a defesa dos interesses dos, pronto, dos subordinados. (Pedro Roque – Interesses profissionais). Exactamente. Bom! Sem dúvida que é uma questão fulcral até porque os senhores conhecem muito melhor do que eu o chamado dever de tutela, não é? que aparece no Regulamento de Disciplina Militar em que, creio eu que é mais ou menos assim, em que um chefe militar, um superior hierárquico tem a obrigação de salvaguardar a segurança do subordinado. Mas pronto! Vamos ver o que é que tem a dizer o Dr. José Medeiros do Partido Socialista.



**Deputado José Medeiros** – Muito obrigado! Muito bom dia a todos, caros dirigentes das associações socioprofissionais promotoras, da AOFA, da Associação Nacional de Sargentos e da Associação de Praças, caro presidente da Associação 25 de Abril que também aqui quero saudar e com uma referência particular, e que hoje, quando estava a escrever estas palavras que aqui dirijo em nome do Partido Socialista, me lembrei que de facto, antes de todas estas associações e deste problema se colocar, colocou-se um outro que foi necessário haver um associativismo informal para criar um movimento que deu origem depois a uma revolução que entretanto repôs as condições para que, enfim, não logo imediatamente, mas com a consolidação do processo democrático, este processo viesse a ter o desfecho que teve e, portanto, acho que é de toda a justiça que faça aqui uma referência.

Também me permitam uma referência particular, e sem desprimor para outras associações que eventualmente aqui estejam, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, na pessoa do Sr. Comendador Manuel Arruda, porque de facto, também pelas características, também foi uma associação que desde o início que, foi a primeira, embora com características diferentes e com uma vocação diferente que também nos alertou a todos para um aspecto muito relevante, que é o do sacrifício a que os militares estão sujeitos e que, portanto, do reconhecimento que lhes devemos fazer. Portanto, são duas referências que eu penso que cabem aqui, que nos perpassam, enfim, em todo o espectro que é também, enfim, muito positivo.



Caros colegas de mesa e caros colegas deputados, minhas senhoras e meus senhores e demais representantes de entidades aqui representadas. Gostaria de começar por saudar os organizadores e agradecer o convite que foi endereçado ao presidente do grupo parlamentar do Partido Socialista e que aqui, com muita honra e muito gosto, represento. É sempre com grande gosto e disponibilidade que o Partido Socialista participa em espaços como este, de debate de ideias e de partilha de opiniões. Esta sessão

evocativa do 15º aniversário do reconhecimento ao direito ao associativismo socioprofissional dos militares constitui, para além de um acto comemorativo de uma data com enorme significado para os homens e as mulheres que servem nas Forças Armadas, uma forma de sublinhar um ponto de viragem significativo relativamente ao entendimento que o Estado e a sociedade têm da condição militar e dos direitos e deveres que lhes estão associados, sabendo nós que nos deveres se incluem, no limite, o sacrifício da própria vida. Até 2001, como também nos recordamos, vigorava um regime que embora pudesse considerara liberal quando comparado com o anterior herdado do Estado Novo, implicava ainda um conjunto de restrições excessivas que foram sanadas com a publicação das Leis Orgânicas nº 3 e nº 4 de Agosto de 2001. A aprovação e a publicação destas leis significou o reconhecimento aos militares dos Quadros Permanentes e aos militares contratados, em efectividade de serviço, não apenas do direito de constituir associações socioprofissionais, o que já não era nada que de facto não fosse justo, mas também e não menos relevante, o reconhecimento de direitos de participação cívica que até aí lhes eram indevidamente vedados e que os colocavam numa situação de menoridade cívica pouco própria de uma democracia moderna. Foi também um momento grande na vida do parlamento português. Um momento em que as diferenças se esbateram e o interesse comum prevaleceu. Tive a honra de participar na votação destas leis, na altura como deputado recém-eleito pouco tempo antes e portanto, foi um momento em que a Assembleia da República assumindo as suas responsabilidades cumpriu o seu dever ao reconhecer a justeza das pretensões dos homens e mulheres que servem nas Forças Armadas, respeitando e valorizando a especificidade da Condição Militar e o alto serviço que prestam ao País. Assim, esta sessão que aqui hoje se realiza, é sem dúvida uma oportunidade de olhar para o passado e para tudo aquilo que foi conseguido até hoje com o sentido do dever cumprido, mas é também um convite para continuar esse trabalho de valorização da Condição Militar e perspectivar o que pode e deve ser feito no presente e no futuro, partindo nomeadamente da análise da evolução do quadro socioprofissional que entretanto se verificou. Um primeiro reconhecimento é devido às associações socioprofissionais militares por ser de toda a justiça. Apesar de o caminho que nos trouxe até aqui não ter sido fácil nem isento de percalços, a acção das associações socioprofissionais tem sido pautada por um inequívoco espírito democrático, por objectivos claros de valorização da Condição Militar e por um elevado sentido de responsabilidade. De facto, sendo a disciplina um elemento essencial para a existência e a coesão das Forças Armadas, constituindo mesmo um dos seus pilares essenciais que sustentam a organização militar, a defesa dos direitos associativos e socioprofissionais militares é sempre um exercício que exige um grande sentido de equilíbrio e uma responsabilidade acrescida só possível num quadro de elevada maturidade democrática. Trata-se com efeito de um desafio permanente de conciliação do respeito e do reconhecimento da hierarquia que é imperativa como elemento de coesão e disciplina com a atenção e a defesa permanente da valorização da Condição Militar, razão primeira do associativismo socioprofissional, tudo isto num quadro de permanente evolução e mudanças sociais cada vez mais rápidas e de maior amplitude e que não deixam obviamente de repercutir nas Forças Armadas que são constituídas por homens e mulheres de carne e osso como todos os outros cidadãos. Aos militares, enquanto agentes do Estado, cabe-lhes garantir um serviço público significativamente diferente dos restantes mas com uma importância crucial para a prossecução daqueles que são desígnios maiores de um Estado de Direito Democrático, que vê na sua estabilidade política e na sua defesa e na sua segurança nacionais elementos decisivos para garantir a sua soberania e independência no quadro das múltiplas inserções no sistema internacional e no concerto das nações. E estas são, sem dúvida, razões acrescidas para que a reflexão sobre o papel das associações, das suas práticas presentes e futuras, seja enquadrada por uma consciência cívica acrescida do papel as Forças Armadas

na nossa sociedade, na medida em que a segurança e a defesa de um país e de um povo constitui a maior das responsabilidades de um Estado e esta é sem dúvida assegurada essencialmente pelas suas Forças Armadas. Por isso é importante ponderar, em cada momento e com precisão, o quadro e os limites do exercício dos direitos que estas leis orgânicas vieram a reconhecer, conciliando-lhes também em permanência com os deveres e as especificidades inerentes à Condição Militar que, como sabemos, implica um conjunto de significativas restrições, as quais, em contrapartida, também justificam e com toda a justiça, algumas compensações, provavelmente menos do que aquelas que seriam justas, mas enfim, é todo esse trabalho que tem vindo a ser feito e que terá de continuar a ser feito, e que nunca estará terminado. O exercício de actividades associativas não pode pois colidir com os deveres e funções militares legalmente estatuídos nem com o cumprimento eficiente das missões de serviços. E é por essa razão que, mesmo no exercício dos seus direitos, designadamente o de associação, os militares estão sujeitos às obrigações que decorrem do Estatuto da Condição Militar e devem seguir uma conduta que respeite a ética e a disciplina das Forças Armadas. À luz deste quadro é justo que se faça um balanço e o balanço que podemos fazer destes quinze anos de associativismo socioprofissional militar tem de ser considerado francamente positivo a todos os níveis, não obstante a conhecida insatisfação do movimento associativo, certamente legítima, mas também inerente à sua própria natureza. Mas este atrito permanente, expressão que aqui coloco entre aspas para deixar clara a sua legitimidade, é próprio das sociedades democráticas e das suas instituições, diria mesmo ser esta uma mera dialéctica que é essencial ao funcionamento de uma democracia madura no seio da qual as suas instituições têm consciência que é da interacção e do confronto democrático das respectivas posições que resulta o progresso e a melhoria das condições de vida dos seus cidadãos. Neste quadro interactivo, crítico e de afirmação das respectivas posições que tanto a AOFA como a Associação Nacional de Sargentos, como a Associação de Praças, enquanto associações socioprofissionais representativas, que perseguem objectivos comuns na defesa dos interesses e das necessidades dos militares a que cada uma compete representar, têm sabido exercer a sua acção e estar à altura das suas responsabilidades, conduta que justamente hoje aqui pretendemos reconhecer. E é por isso que é de toda a justiça realçar nesta casa da democracia portuguesa e local onde estes direitos foram reconhecidos em Agosto de 2001, o efectivo e profícuo, aliás foi um bocadinho mais cedo, publicados em Agosto de 2001, e isso em abono do rigor, não é? o efectivo e profícuo trabalho que as associações profissionais de militares exercem na defesa dos direitos dos seus representados e o equilíbrio e sentido da responsabilidade com que o têm feito, provando assim e definitivamente que a aprovação destas leis, para além de um acto de justiça, foi um ganho democrático que valorizou o conjunto das Forças Armadas portuguesas. Eu diria mesmo que no quadro interno, foi mesmo um ganho civilizacional para o nosso País. Ponho até um bocadinho... quer dizer que, naturalmente democracia implica... que civilização implica democracia, mas de qualquer das formas gostaria de deixar esta nota. E é esse o espírito que, estou certo, não deixará de estar presente nesta sala durante todo este dia de reflexão e debate sobre o que ainda falta fazer e caminhar, sendo certo que o caminho, como dizia o poeta, faz-se caminhando, e como eu disse há pouco, certamente nunca estará concluído dado que é um trabalho permanente e um esforço permanente que todos temos que ir fazendo nesse sentido.

Para terminar, em meu nome e do grupo parlamentar do Partido Socialista quero reiterar a nossa disponibilidade para dialogar, para a concertação de posições, para a geração de consensos no quadro das nossas responsabilidades políticas e aproveitar para agradecer mais uma vez o convite que nos foi dirigido, deixando ainda uma palavra de muito apreço e respeito pelo vosso trabalho em defesa da Condição Militar e das Forças Armadas portuguesas. Muito obrigado pela vossa atenção e fico agora também à disposição para o debate.



**Deputado João Vasconcelos** – Muito bom dia a todos. Quero cumprimentar os senhores presidentes das associações profissionais dos Oficiais, dos Sargentos e das Praças, mas também um cumprimento muito especial ao presidente da Associação 25 de Abril e também ao senhor presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e também aos representantes e dirigentes de outras associações aqui presentes, senhoras e senhores deputados, minhas senhoras, meus senhores. Em primeiro lugar fazer aqui um breve enquadramento histórico. Foi no contexto da Revolução Industrial que surgiram as movimentações sociais operárias na Europa, durante o Século XIX, e confluíram tanto no sindicalismo como nos movimentos socialistas. Os operários, face às duras condições de trabalho em que viviam, adquirem a chamada consciência de classe e começam a fundar as suas associações socioprofissionais e sindicatos. De um modo geral, estas estruturas sindicais deixam-se influenciar pelas correntes socialistas, o marxismo, o anarquismo e outras. Embora semelhantes, sindicalismo e associativismo profissional, apresentam algumas diferenças. Enquanto o sindicalismo representa conotações políticas com o recurso à luta de classes e à greve para melhorar as suas condições, o associativismo não recorre à greve, fomenta a coesão e o prestígio da instituição a que pertence e procura, acima de tudo, melhorias socioprofissionais. Foi nos finais do Século XIX que surgiu o associativismo militar, no Norte da Europa, em países como a Holanda, Suécia e Noruega. A nível internacional, ao longo do Século XIX vão surgindo normas que reconhecem aos membros das Forças Armadas direitos iguais aos seus cidadãos, embora com algumas restrições. Assim, temos: a Carta de Princípios da OIT a partir da Declaração de Filadélfia de 1944 e de onde vão surgir várias convenções em 1948, 49 e 78 sobre o princípio da liberdade e negociação colectiva, sobre o direito de constituírem organizações da sua própria escolha e sobre o direito de organização e fixação das condições de trabalho. O Conselho da Europa adoptou em 1950 a convenção para a protecção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Ainda sobre os Direitos Humanos temos pactos internacionais sobre os direitos civis e políticos, sobre os direitos económicos, sociais e culturais, em 1966. Em todas estas normas temos restrições aos militares e polícias no que concerne ao direito de reunião e da associação sindical. Mas foi em 1984 que o Parlamento Europeu aprovou a resolução, o chamado relatório Peters, apelando para que todos os estados membros da comunidade concedem-se aos militares o direito de aderir e participar em associações profissionais para defenderem os seus direitos sociais e, em 2006, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou uma recomendação, o célebre relatório Athens, que considera, que considerou que os membros das Forças Armadas são cidadãos em uniforme e que devem usufruir das mesmas liberdades fundamentais estabelecidas na Convenção Europeia de Direitos Humanos e na Carta Social Europeia embora, e passo a citar, dentro dos limites impostos pelas exigências específicas dos deveres militares, fim de citação, portanto, nota-se uma preocupação na Europa com os direitos dos militares, procurando uma aproximação com os direitos dos demais cidadãos. Relativamente às associações socioprofissionais na Europa, alguns exemplos: na Holanda. Foi na Holanda que surgiu o associativismo militar em 1897. Os militares têm direito à greve mas os direitos encontram-se restringidos por regulamentos militares

e o direito à greve, neste momento, penso que estava a ser restringido, confesso que neste momento não sei se existe ou não. Relativamente à Noruega, foi criado um sindicato militar mais antigo, em 1885, não há diferença entre funcionários civis e militares mas não é reconhecido o direito à greve. Na Suécia há sindicatos militares desde 1907, ligados à função pública e podem fazer greve. Na França, Grécia e Itália o associativismo militar apresenta grandes limitações e só nos finais dos anos noventa foram constituídas associações profissionais de militares. Em Espanha, o associativismo militar só vingou em 2002, a reboque de uma lei orgânica para todos os funcionários públicos. Na Alemanha existe apenas uma única associação profissional de militares, com grande prestígio, integrando militares de todas as categorias, assim como os familiares dos militares, e funcionários civis a prestar serviço nas Forças Armadas. Não é permitido o direito à greve aos militares e funcionários públicos que pertencem às Forças Armadas. Desde 1973 existe a EUROMIL, uma organização não-governamental, que representa os interesses sociais e profissionais dos militares da Europa, fundada por cinco países: a Alemanha, Dinamarca, Holanda, Bélgica e Itália, e que conta neste momento com cerca de quarenta associações espalhadas um pouco por toda a Europa e representa cerca de meio milhão de militares. Relativamente ao associativismo militar em Portugal, no nosso País, o associativismo no seio dos militares surgiu tardiamente, mais propriamente a seguir ao 25 de Abril, temos o período revolucionário de 74 e 75 em que surgiram Comissões de Praças e de Sargentos e os SUV – Soldados Unidos Vencerão, que conduziram movimentos de grande contestação, movimentos de grande contestação no seio das Forças Armadas, onde foram reivindicados os aumentos salariais, de subsídio de férias, actualização da pensão de sobrevivência, de redução do limite de idade para a reforma e até a recusa de embarque para as ex-colónias, foi a chamada democratização, enfim, das Forças Armadas neste período.

A seguir ao 25 de Novembro de 1975 e até 1982 não são conhecidas situações de associativismo socioprofissional no seio dos militares. Em 1982 é aprovada a Lei nº 29/82 de 11 de Dezembro, a chamada Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, que ficou envolta em polémica pois mereceu o veto presidencial do então presidente da República General Ramalho Eanes, alegando que a lei vedava aos militares direitos considerados fundamentais, nomeadamente o célebre artigo nº 31, trigésimo primeiro, restrições ao exercício de direito por militares, restrições nomeadamente ao exercício dos direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição colectiva e a capacidade eleitoral passiva de militares. O próprio deputado Jorge Sampaio, na altura deputado, considerou que as restrições previstas neste artigo 31 estavam para além do que consignava a Constituição da República no seu célebre artigo nº 270 – restrição ao exercício de direitos. O artigo diz que a lei, e passo a citar, a lei pode estabelecer essa restrição, fim de citação, não considerando como uma restrição absoluta, o que no nosso entender está certo. A partir de finais dos anos oitenta são criadas várias associações profissionais de militares, e algumas estão aqui presentes, nomeadamente a Associação de Militares na Reserva e na Reforma, a Associação Nacional de Sargentos, a Associação dos Oficiais das Forças Armadas, também foi criada a Associação de Praças, a Associação Nacional dos Contratados do Exército e várias outras associações ligadas aos antigos combatentes e até outras como de Sargentos e Fuzileiros, etc. Só que sobre estas associações pairava o artigo número trigésimo primeiro, da chamada Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, pelo que a sua actuação não era enquadrada por qualquer regime jurídico específico, o que restringia de forma grave a sua actuação sobre os direitos dos militares. Só em 2001 é que a situação foi alterada, portanto há quinze anos atrás, que estamos aqui e muito bem, a comemorar, a evocar, com a publicação pela Assembleia da República da Lei Orgânica nº 3/2001 e nº 4/2001, as chamadas Leis Orgânicas de 29 e 30 de Agosto, que procede à sexta alteração da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, modificando esse célebre artigo trigésimo primeiro

e autorizando o direito à constituição e integração de associações profissionais por parte dos militares. Ainda em 2007 foi reforçado o associativismo com a publicação do Estatuto dos Dirigentes Associativos das associações profissionais das Forças Armadas e em 2009 foi publicada a Lei de Defesa Nacional que revogou finalmente a tal Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas de 1982.

Com o anterior governo PSD/CDS verificou-se, no nosso ver, algum retrocesso a nível do associativismo no seio dos militares, com a publicação do Estatuto dos Militares das Forças Armadas e que este governo ainda não alterou ou ainda não revogou. Relativamente ao processo de 2001, e para terminar, foram várias as iniciativas legislativas que deram origem às chamadas Leis Orgânicas, houve vários projetos-lei na altura, tanto do Partido Comunista, como do CDS-PP, como do PSD e do próprio governo, foram várias, algumas delas aprovadas por unanimidade, outras com algumas abstenções, e que baixaram à Comissão, depois foram votadas na Assembleia da República por unanimidade e que deram origem às tais Leis Orgânicas.

O artigo trigésimo primeiro manteve-se em vigor durante dezanove anos, apesar da aprovação dos relatórios Peters e Athens e da Comissão de Defesa Nacional receber durante mais de dez anos as associações militares para apreciar questões de natureza socioprofissional e não apenas meramente deontológicas. O artigo trigésimo primeiro surgiu em 1982 após a primeira revisão constitucional, num contexto político adverso e até, em nosso ver, de confronto com os militares. Foi aprovado pelo PS, PSD e CDS-PP e muitas vezes se levantaram contra, como disse, incluindo do Presidente da República da altura e do deputado Jorge Sampaio. Era um artigo retrógrado, contrário à afirmação dos direitos humanos no seio da instituição militar. Os direitos dos militares deviam, e devem, ser exercidos nos termos constitucionais, devendo as suas limitações circunscrever-se na estrita medida conforme estipula a Constituição, obedecendo aos princípios da necessidade e da proporcionalidade, não podendo diminuir o alcance e extensão dos direitos liberdades e garantias. Os projectos do PCP e até do governo, e até do CDS, que em nosso ver foram positivos, até com algum avanço significativo, em nosso ver não se pode dizer o mesmo dos projectos do PSD na altura. O projecto do PSD proibia as associações de contratados, limitava o poder representativo das associações junto da hierarquia militar, só permitindo reuniões nas respectivas instalações, excluía as matérias remuneratórias e incidia as associações de várias proibições. No que se refere às isenções, só tem sentido a isenção político-partidária, como preconiza a Constituição, assim como o sigilo decorrente da classificação de documentos para garantia dos interesses e defesa nacional.

As leis orgânicas criadas apresentavam, a nosso ver, apresentavam ainda, algumas restrições, que a nosso ver, deviam ter ido um pouco mais além. O sindicalismo militar, pensamos nós, devia ser uma realidade, até porque ele existe em alguns países e não vale a pena diabolizá-lo, por exemplo, na Holanda temos a formação de sindicatos, embora tenha sido um importante avanço democrático, essas leis orgânicas, como disse. Outra questão é a participação dos militares em actividades desde que trajem à civil, outra questão é a condução da política de defesa nacional em que os militares não podem tecer comentários, será para impedir críticas às hierarquias, à tutela? No presente momento, e para terminar mesmo, parece que o actual governo ainda não reverteu algumas normas aplicadas pelo anterior governo e condicionavam em certa medida o desenvolvimento normal do associativismo socioprofissional dos militares em que as importantes leis orgânicas de 2001 não são cabalmente cumpridas.

É tempo da esperança anunciada por este governo também se fazer sentir entre os militares. O Bloco de Esquerda, dentro das suas possibilidades e dentro do seu conhecimento naturalmente, cá estará para afirmar essa esperança. Mais uma vez, obrigado pela vossa atenção.

**Jornalista Carlos Varela** – Muito desculpa pela interrupção. Tive de sair a meio da intervenção do senhor deputado do Partido Socialista, no entanto creio que foram aqui referidas algumas questões extremamente importantes: a primeira, a referência aos militares contratados.

Era bom verificar, fazemos uma avaliação, séria, todos, pensar bem o que é que mudou na estrutura das Forças Armadas, que outros interesses estão neste momento a surgir, se vão ter mais implicações, se não vão. Depois, falou que os militares juram pelo País, até ao sacrifício da própria vida embora, se me permite, eu, enquanto cidadão, acho que é a minha obrigação ir até ao sacrifício da própria vida pelo meu País, independentemente de ser ou não militar, se me permitem. Entretanto, depois, a seguir, o senhor deputado do Bloco de Esquerda fez uma importante panorâmica sobre qual é a realidade associativa na Europa, importante, e que é marcante, falou de exemplos europeus, de outros exemplos europeus, com normativos completamente diferentes, falou também de uma questão que creio que começa, que é frequentemente levantada, que é relativamente a leis, mas que são mal feitas, ao fim de um mês já estão completamente desactualizadas, que levanta conflitos entre o mais antigo e o mais novo, e por aí fora, etc, etc. Resta saber se as associações são chamadas a pronunciar-se em tempo útil, talvez pudessem dar uma ajuda, em vez de depois ser os jornalistas a escrever parvoíces. Mas pronto! Depois há outra questão que o senhor deputado também frisou, que é uma questão que eu próprio, profissionalmente, já me tenho questionado, que é o porquê das associações não lhes ser permitido manifestarem-se sobre a política de defesa nacional. Realmente isto é muito importante e, confesso que desconheço, como é que se passa nos outros países. No nosso caso tenho a noção de que vamos de Minho a Timor, temos uma ambição enorme, mas depois não temos nada, não temos dinheiro nem meios para aplicar essa ambição. Fica um pouco um vazio de quem é que falará sobre isto. Acho que é importante pensarmos todos, há aqui um espaço que é preciso preencher, talvez assim se evitasse, por exemplo, que em 96 tivéssemos ido para a Bósnia com blindados Chaimites da Guerra Colonial ou, perdão, da Guerra do Ultramar, ou que por exemplo, tivessem os Comandos ido para o Afeganistão com blindados emprestados pelos espanhóis ou que, inclusive, tivessem avançado sem terem os inibidores que permitiam inactivar engenhos explosivos improvisados. Foi uma questão extremamente séria e eu recorde, na altura quando tomei conhecimento disto, não escrevi por razões de segurança, mas ainda hoje eu me questiono como é que isso pôde realmente acontecer. Mas aconteceu! Haverá muitos mais, muitos mais casos, e eu pergunto se não seria um papel que as associações poderiam ajudar a desempenhar, até porque estamos a falar de uma questão que o senhor deputado referiu também, que são as condições de trabalho. Acho que os militares serem dotados com equipamentos à altura, modernos, eficazes, estamos a falar de condições de trabalho, afinal o trabalho dos militares em termos absolutos, são as armas, não é verdade?

Então, vamos dar então lugar, eu não sei se...o senhor deputado...senhor deputado João Rebelo do CDS. É o Jorge Machado? Pronto. Então, peço desculpa, é o Jorge Machado, do PCP.



**Deputado Jorge Machado** – Muito obrigado. Muito bom dia a todos. Eu queria naturalmente começar por agradecer em nome do grupo parlamentar do Partido Comunista Português o convite endereçado, saudar as organizações, as associações promotoras, a Associação dos Oficiais das Forças Armadas, a Associação de Praças, e a Associação Nacional de Sargentos, saudar todos os presentes, saudar a Associação 25 de Abril, a Associação dos Deficientes das

Forças Armadas, aqui presentes e, nestas coisas, a solidariedade tem sempre um papel e um peso muito interessante e, portanto, queria aqui valorizar e significar as presenças da CGTP, do Sindicato dos Inspectores do SEF e da ASPP da PSP que estão aqui também em representação das suas estruturas num sinal de solidariedade de outros profissionais para com a vossa luta e, portanto, acho que é muito interessante esta participação. Dizer que esta é a intervenção do grupo parlamentar do PCP, mas também... e não de um deputado individualmente considerado, mas também, e a intervenção de um gigantesco colectivo que valoriza muito o papel que os militares tiveram no passado, que têm no presente e que devem ter no futuro. E esse colectivo é o colectivo do Partido Comunista Português e, portanto, uma saudação às vossas estruturas representativas. Portanto, posso agora sair de modo congresso para passar mais à intervenção institucional, tivemos um Congresso onde estas questões também foram discutidas. Dizer-vos que o PCP valoriza muito, mas mesmo muito, todos os anos de luta que muitos militares enfrentaram para a conquista dos direitos ou do direito ao associativismo socioprofissional e queremos aqui manifestar o reconhecimento do papel desses militares que lutaram por esse mesmo direito. Sem eles não estaríamos a ter esta discussão hoje em dia e, portanto, uma palavra para esses mesmos militares. Durante muito tempo estivemos, nós PCP e os militares que lutaram durante estes anos todos sozinhos, a enfrentar um conjunto de resistências à consagração do direito ao associativismo socioprofissional, resistências quer no quadrante político quer, muitas vezes, nas próprias chefias, que apontavam sempre um argumento que se ouvia na altura e continua a ouvir-se hoje em dia, quando se discute estas matérias, as questões da coesão e da disciplina servem sempre como argumento para impor entraves ao avanço, ao progresso. E aqui, passados estes anos todos, podemos dizer que os argumentos eram falaciosos na altura, são hoje e serão no futuro, porque isso nunca esteve em causa, portanto, e a realidade demonstrou-o de uma forma clarividente. E portanto, nós queremos aqui também dizer-vos que num quadro em que durante muitos anos se lutou, o que é que levou à mudança do panorama político, das chefias, a verem, verem-se obrigadas a reconhecer o direito socioprofissional. Bom, para nós é claro e esse balanço é importante para as lutas futuras, em que o que determinou a mudança do posicionamento de alguns partidos e de algumas chefias foi a luta, a luta organizada e persistente de muitos militares, que criou um quadro em que contra, se calhar, algumas vontades, se viram obrigados ao reconhecimento, à consagração na lei. Muitas vezes discutimos aqui no Parlamento as questões “o que é que determina o quê?” e a nossa experiência diz-nos que é a vida concreta, a luta das pessoas, que faz consagrar o direito. Os direitos não caem do céu. Não é aqui, a Assembleia da República, o palco da criação dos direitos. Eles decorrem da luta, da realidade concreta, e o poder político vê reconhecido, obrigado a ver reconhecido, alguns dos seus direitos. Assim foi no 25 de Abril e a Constituição. A Constituição é, no fundo, o esvaziar de tudo o que foi conquistado no terreno, para dentro de um documento legal e, portanto, não resulta em contrário. Não foi o Parlamento que aprovou a Constituição. Foi a Revolução que fez a Constituição e o poder político viu-se na contingência de o consagrar. Assim é o nosso entendimento. A luta determinou a que efectivamente se visse consagrado este direito. Atenção, aqui o PCP não teve resistência nenhuma. Desde a primeira altura, e estivemos muitas vezes sozinhos a apresentar sucessivos projectos de lei para a consagração deste direito que víamos como fundamental e estivemos muitas vezes sozinhos. Mas dizer-vos que as resistências à consagração plena dos direitos socioprofissionais e de representatividade são... ainda hoje subsistem, não é uma luta que tenha ficado por aqui. Ainda hoje, na nossa opinião, a lei não é totalmente cumprida, nomeadamente na parte das estruturas representativas, as associações socioprofissionais, naquilo que são a discussão dos grandes temas da área da defesa. Eu ouço muitas vezes os representantes das associações dizerem que à pergunta “você foram consultados, participaram?” há uma espécie de audição que é serem ouvidos e nada mais do que isso. E dizer-vos que para nós é muito diferente apenas serem

política nacional abriu um vasto campo de possibilidades para a consagração de direitos, recuperação de direitos e consagração de novos direitos, não está efectivamente isento de desafios. Na verdade, como temos vindo a dizer, não se sentem na vida concreta dos militares, os ganhos que o novo quadro da vida política nacional obrigava a consagrar. E efectivamente, nós temos em muitas matérias aqui na Assembleia da República, demasiadas vezes outro tipo de consensos que não o consenso mais global do novo quadro da vida política nacional. O consenso é entre PS, PSD e CDS-PP sobre questões estruturantes relativamente a diplomas que regem a vida dos militares e em que aí funcionam outros consensos que não o consenso mais global no plano parlamentar e governativo. Dou-vos um exemplo: nós tínhamos a perspectiva de resolver um pequeno problema que tínhamos sinalizado, os deficientes fuzileiros, os Fuzileiros Deficientes das Forças Armadas que tinham aquele problema do recálculo da pensão porque ficaram de fora do quadro legal de há uns vinte, trinta anos atrás. Meia dúzia, trinta militares de que se tratam, entre trinta a quarenta militares que precisam de ver recalculado o modelo da sua pensão. Bom, infelizmente não tivemos o consenso necessário mas mantivemos a nossa proposta e essa proposta foi felizmente vitoriosa porque no novo quadro político, com o PSD e o CDS agora na oposição, votaram a favor da proposta do PCP, e bem, e conseguimos aprovar essa mesma proposta. (João Rebelo – Geringonça 2 em funcionamento). Mas dizer-vos que a nossa posição, do PCP, não alterou e portanto, em questões centrais como o EMFAR, o IASFA, a avaliação do mérito ou outras questões, a nossa posição é a mesma: a defesa dos militares e dos seus direitos e, portanto, podem continuar a contar, como no passado, com o PCP, com o seu trabalho institucional mas, mais importante que isso, eu acho que entre o PCP e as associações representativas dos militares resulta uma avaliação comum, é que é a luta organizada, persistente, dos militares que vai ser determinante para o futuro das suas condições socioprofissionais. Não é mais nada a não ser isso! Foi assim no passado, a história nos demonstra, é assim no presente e será assim no futuro e, portanto, esta é no fundo a ideia que temos com certeza que partilhamos com mais força e esta é a ideia com a qual eu gostaria de terminar a minha intervenção. Muito obrigado!

**Jornalista Carlos Varela** – Muito obrigado, senhor deputado. O senhor deputado Jorge Machado do PCP, referiu aqui uma questão curiosa. As chefias foram obrigadas a aceitar as associações. Bom, eu sempre achei..., mas se calhar sou eu que estou enganado, que as chefias militares até poderiam ver com algum interesse o surgimento das associações. Seria, digamos, uma forma de os tentarem ajudar a resolver problemas que muitas vezes para eles são... é impensável de encontrar soluções, em particular o relacionamento com o poder político. Depois, é uma questão que de facto, é perigosa, que é o risco de transformar os militares em funcionários públicos. Bom, mas vamos ver, porque os militares são funcionários públicos para umas coisas mas depois, quando é para arrancar no prazo de vinte e quatro horas para outras já não são funcionários públicos. Aí, pronto, a coisa resolve-se...meio-termo!

Vamos agora dar então a palavra ao senhor deputado João Rebelo do CDS. Muito obrigado.



**Deputado João Rebelo** – Muito obrigado. Eu gostaria, antes de mais, de pedir desculpas pelo meu atraso. Eu informei o senhor presidente da AOFA disso mesmo, por razões pessoais, mas também outras que tinham a

ver provavelmente hoje no debate quinzenal alguns assuntos ligados à Defesa Nacional serão abordados e tive que, enfim, preparar documentos para entregar à líder do meu partido. Queria portanto, cumprimentar a AOFA e dar os parabéns por organizar este evento, cumprimentar os meus colegas aqui na mesa e ao Carlos também, tê-lo aqui, jornalista experiente nestas áreas, queria cumprimentar também os representantes dos ramos aqui presentes, o senhor Director-Geral também está aqui presente, os sindicatos e as outras associações militares aqui presentes, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas também está aqui, e a todos os membros, peço desculpa a quem me esqueci em relação aos presentes.

Eu vou ser relativamente breve mas gostaria de tomar assim uma espécie de um estatuto pelo facto de eu, à época, era um jovem deputado quando nós aprovámos esta lei em 2000 e era mesmo da Comissão de Defesa quando esta mesma alteração ao artigo 31 aconteceu. Fui eu o autor da proposta do CDS, aliás agora não sei o que fazer quando fui alvo de elogios por parte do meu colega do Bloco de Esquerda, dessa mesma proposta, mas fui eu que redigi em 2000, em parte inspirado, eu era muito novo à época, tinha mais cabelos e mais quilos também, e lembro-me que foi com o Lima Coelho, que está aqui presente, presidente da ANS e com o Alpedrinha Pires, à época presidente da AOFA, que comecei a contactar com esta temática. E lembro-me que foi depois de uma conversa muito longa com o professor Adriano Moreira que o CDS resolveu avançar com essa proposta, o que era uma alteração da sua posição. O CDS, até 98/99, como o PS aliás e como o PSD, não eram favoráveis à, e vou usar a expressão, legalização da actividade das associações socioprofissionais porque elas já existiam e mais, o Parlamento até já as recebia à época, antes delas estarem consagradas, ou a sua existência estar consagrada em lei. E na discussão que nós fomos tendo dentro do partido, eu reparava que as pessoas que eram..., tinham, vamos lá supor, 25, 30, 35 anos, 40 anos quando o 25 de Abril aconteceu, quer no PSD, também no PS, temos que dizer isto também e no CDS, tinham alguma..., viam com alguma..., algum receio esta mesma constituição, legalização, vamos à expressão, das associações socioprofissionais. E eu que vinha de uma geração, que era muito novo, tinha três anos quando se deu o 25 de Abril, não consegui entender ainda à época, e portanto, estamos a falar do ano 2000, a desconfiança que ainda existia do poder político em geral, na relação com os militares na sua organização socioprofissional, existia. E portanto, vindo eu de uma geração que não tinha esses constrangimentos absolutamente nenhuns, em discussão interna dentro do meu partido, nós avançámos com uma proposta que foi depois em grandes... demorou, o processo demorou ainda algum tempo porque à época era, se estão recordados, o Partido Socialista era governo sozinho, era o engenheiro António Guterres o Primeiro-Ministro, tinha metade dos deputados, cento e quinze, e os outros cento e quinze estavam divididos por vários outros partidos, era portanto necessário criar uma maioria para garantirem a passagem da lei. E havia algumas resistências à época, do ministro, o doutor Castro Caldas, em relação a esta legislação. E portanto, isto é um aspecto importante que eu gostaria de recordar aqui, o debate foi de facto no Parlamento para garantir que essa lei fosse para a frente, obviamente que com o acordo do governo obviamente à época, não ponho isso em causa, mas foi no debate interno na Comissão que o documento final que vocês distribuíram aqui, foi para a frente. Eu recordo-me com saudades porque infelizmente dois deles, três deles já não se encontram presentes. Foi o presidente da Comissão, à época, o engenheiro Eduardo Pereira, o deputado do Partido Comunista, o doutor João Amaral e o meu saudoso amigo, o Coronel Marques Júnior, que eram os três deputados que comigo, à época, e peço desculpa não falar do Bloco porque à época o Bloco eram só dois e não tinham membros na Comissão de Defesa e portanto, foi à volta destas cinco pessoas, e peço desculpa, e o deputado Henrique de Freitas do PSD. Foi à volta destas cinco pessoas que essa lei foi para a frente e foi aprovada com uma maioria elevada. Portanto, só para lembrar o processo aqui como é que foi feito. O Parlamento tomou a de-

cisão de basicamente dar corpo a uma realidade que era evidente, ou seja, o Parlamento recebia as associações, as associações tomavam enfim, pronunciavam-se sobre variadíssimas temáticas, mas depois não tinha a sua..., o seu funcionamento regularizado. Esse artigo aconteceu, não foi do agrado de todos, é verdade mas foi o consenso possível.

A segunda mensagem que eu gostaria de transmitir aqui é mais do que melhorar ou alterar a lei, dois aspectos me parecem, tornam difícil a relação das associações socioprofissionais com o poder político na sua existência, porque a lei existe e é claro, a regulamentação que existiu posteriormente, limitou em parte a vontade do legislador, e eu disse isso no debate que aconteceu sobre essa matéria, mas a verdade é que seja o governo PS ou o governo PSD/CDS, quando se vai ao momento para discutir leis importantes que têm, e afectam os militares, a verdade é que há por vezes a audição não acontece como a lei estipula e às vezes a audição é feita dois ou três dias antes ou até um dia antes, o que não permite uma..., quando estamos a falar por exemplo do novo EMFAR, não se pode pensar o novo EMFAR, por muito conhecimento que uma pessoa tenha, não se pode ler um documento desses num dia, ou seja, a discussão, o debate, a implicação e aquilo é como um dominó, toma-se uma decisão aqui e vai ter um impacto muito longe na própria estrutura e portanto, essa desconfiança ou praxe ainda se mantém independentemente dos governos que tenham..., e os meus colegas também falaram que neste momento o governo do partido socialista tem um suporte parlamentar diferente do que é habitual e a verdade é que ainda há críticas feitas pelas associações militares neste momento sobre a relação que têm no desempenho na discussão "A priori". Eu tenho alguma dificuldade em entender isso porque, independentemente se no fim a proposta que é aprovada não é o que as associações de militares desejariam ou alertaram para os problemas que poderiam ter, a verdade é que o debate que pode existir entre a tutela e as associações socioprofissionais é sempre válido e é sempre importante que aconteça, portanto, nunca entendi bem esta, esta tendência.

Segundo, não é só resistência do poder político, também existem resistências na própria instituição militar e estão aqui pessoas que sabem perfeitamente o que eu estou a dizer, ou seja, há ainda uma visão, e com alguma razão, ou alguma não razão, não interessa agora aqui estar a esclarecer, os chefes militares acham que representam por excelência o interesse dos seus subordinados e dos seus militares. E muitas vezes assim é, e muitas vezes defendem até às últimas. Há chefes militares que vão às comissões nos debates e que defendem os seus homens e as suas mulheres em termos de interesses objectivos. Mas a verdade é que a lei é clara. A lei permitiu a existência das associações socioprofissionais e elas devem ter o seu papel em relação a esta questão. E portanto, a parceria que deveria existir, e parceria no sentido..., não quer dizer parceria em que toda a gente concorda com tudo e no fim está toda a gente de acordo, a parceria que devia existir entre a tutela política, chefias militares e as associações socioprofissionais ainda não é clara, não é óbvia, não é muito bem sucedida, tem momentos bons, tem momentos maus, quando a legislação é clara. Este é o segundo alerta que eu gostaria de fazer em relação a isso.

Terceiro, foi aqui invocado que é a questão de uma possível evolução da lei, falaram de sindicatos. Eu, a pedido de..., à época foi da AOFA, da ANS e da Associação das Praças, e peço desculpa de eu também não me referir aqui ao presidente da Associação das Praças, eu recebi o presidente, acho que é presidente que se chama, da EUROMIL, que é a associação quadro que abrange todas as associações, sindicatos ou associações socioprofissionais da área militar, e que é um belga, ainda é, e encontro-me aliás, esqueci-me de vos dizer, encontro-o em todas as vezes nas reuniões da Assembleia Parlamentar da NATO, ele está presente porque é convidado a estar presente nos trabalhos e, de facto, há sindicatos na Bélgica, há sindicatos na Holanda, há países, como aqui foi colocado, há países com experiências sindicais, outros não. Outros aliás, com sistemas ainda mais restritivos do que nós temos aqui. Eu que

fui muito favorável à evolução que aconteceu em 2001, ou foi concretizado em 2001, eu neste momento acho que não sou muito favorável a que esse passo seja dado. Eu gostaria de recordar que também o PC na proposta que fez em oitenta e..., se não me engano, em 87, 88, também inicialmente dizia: não! Vamos primeiro dar o passo para as associações socioprofissionais e depois, eventualmente no passo seguinte, sindicatos. Portanto, esta questão de alguma leitura equilibrada, ou mais..., vamos lá dizer, ponderada, desta questão não é só no centro-direita ou no centro-esquerda ou na direita que acontece. Também aconteceu há décadas atrás no próprio partido que, por excelência, defende o sindicalismo. Exactamente, e houve uma evolução, com certeza. O que estou a dizer é que estes assuntos foram sempre ponderados com alguma, com alguma cautela. Eu acho que, mais do que pensar nessa evolução, nós devíamos pensar era que a lei fosse cumprida de facto, sempre cumprida, e com tempo, ou seja, não se pode pedir a uma associação militar que: “olhe, nós vamos aprovar isto amanhã no Conselho de Ministros, dêem lá a vossa opinião”. Não! Não pode ser. Isto não é sério. É não querer saber, basicamente. E não custa nada. Eu bem sei que muitas vezes os processos têm fases, vão maturando e de repente há uma aceleração, ou entra no chamado... como é que se diz... “pipeline legislativo” e aquilo vai a uma velocidade e de repente está toda a gente com a própria estrutura do Estado, que é tão lenta, de repente passa a ser muito rápida. Mas isto não é sério, ou seja, são assuntos demasiado, enfim, quando afectam as Forças Armadas e sobretudo quando estamos a falar de EMFAR e outras, que necessitam de muita reflexão. Eu próprio, e os meus colegas à época, estes mesmos que eu aqui vos falei, tentámos alterar o EMFAR de 2001, que foi apresentado em 2000. Se estão recordados, foi aqui, e foi pedido pelo PCP, à época, uma apreciação parlamentar e o EMFAR foi discutido. E nós fizemos propostas de alteração discutidas entre nós, achando que íamos melhorar e muito a legislação. A verdade é que criámos dois ou três problemas gravíssimos depois no sistema. Quando estávamos convencidos da bondade das propostas. E em consenso, aliás. Foi um consenso que foi feito pelos quatro partidos à época. Portanto, quando nós, quando eu falo disso, de alterações ao EMFAR, é sempre muito problemático discutir alterações de documentos tão importantes como esse e é bom sempre ouvir quem trabalha dia-a-dia isso e reflecte isso. Não quer dizer, que eu já vi também muitas propostas da AOFA, da ANS, da Associação das Praças e da ASMIR, etc, com que eu não concordo. E outras com que eu concordo. Isso não quer dizer que, à partida, tudo o que vem desse lado merece a minha concordância.



Finalmente, eu acho que as associações militares trocariam muito disto de que eu falei agora, de uma maior participação, etc, para que assuntos como a Condição Militar, os Orçamentos de Defesa, os efectivos, as missões que nós falamos tanto na Comissão de Defesa mas que não tem muita audiência, infelizmente, no País, fossem olhados noutra perspectiva, ou seja, nós temos, e eu falo (termino) disso em relação aos orçamentos de defesa. Nós temos uma relação esquizofrénica na União Europeia que fala de ter uma Europa com uma dimensão a nível da segurança e defesa e a nível militar que obriga obviamente a aumentos dos orçamentos de defesa, porque não se pode fazer o que se propõe sem isso mesmo, mas depois cria condicionalismos através do ECOFIN e de outras estruturas na União Europeia para que se torne praticamente inviável esse projecto,

ou seja, por um lado a União Europeia exige através da sua alta representante para os assuntos da política externa, nas suas estruturas que pensam a política comum de segurança e defesa, “vamos apostar mais”, a NATO, onde os nossos ministros, o nosso governo está presente, pede também um maior investimento, um maior esforço no investimento na área de segurança e defesa e por outro lado temos as mesmas, não no caso da NATO mas da União Europeia, “não, meus senhores, têm de controlar o défice, têm de reduzir as despesas, têm etc” e quando nós temos tantas coisas para fazer e acudir em termos de problemas no nosso País, as Forças Armadas e a Defesa Nacional continuam com cortes, ou seja, nos momentos de evoluir, de gastos ou de maior disponibilidade orçamental, os orçamentos de Defesa mantêm-se ou baixam um bocadinho. Nos momentos de menor restrição orçamental os orçamentos da Defesa baixam ainda mais. Ou seja, isto não pode ser assim, em períodos de altos e baixos há uma constante desvalorização orçamental da Defesa. E esse é um alerta que eu também gostaria de deixar, é uma luta muito intensa que acontece. O país não está a perceber, ou não se interessa ou enfim... Dizia muito bem o Carlos (Varela) com razão, o interesse dos políticos nos assuntos da Defesa por vezes não é elevado mas também na comunicação social. Infelizmente são poucos os jornalistas, para não dizer que são especialistas nas questões da Defesa. Eu bem sei que às vezes a escolha da notícia vão para as coisas que atraem mais, isto é aquela... ou seja, as pessoas não gostam muito desses temas, portanto não são publicados estes temas, não são discutidos, e depois andamos aqui a convencer as pessoas de que estes assuntos são fundamentais. A única, em relação a este orçamento, e termino aqui com a minha intervenção, a única notícia algo positiva que eu ouvi vinda da União Europeia, que foi-nos dito pelo ministro Santos Silva ontem, antes de ontem, foi que eventualmente se está a discutir que investimentos na área da aquisição de equipamento militar, projectos de..., o tal fundo europeu, projectos de investigação na área da defesa não contem para efeito de despesa que entra na..., depois para a contabilização, se estamos ou não nos três por cento. Isso é uma coisa que se estava a sempre a pedir. Chegou-se a pedir muito mais, que era, tudo o que era reequipamento militar não entrar, que é muito, são sempre investimentos muito custosos, não entrar na questão do..., para efeito de definição do PIB, que eram investimentos que..., muito necessários mas que depois afectam sempre os orçamentos nacionais e parece finalmente que a União Europeia está a acordar e está a falar, ainda é pouco, estamos a falar de um fundo que inicialmente se fala de quinhentos milhões mas que pode crescer até aos cinco mil milhões de euros. Já estamos a começar a falar de mil milhões de euros em termos de orçamentos comunitários para a área da defesa. Ainda em matérias de reequipamento, é verdade, não estamos a falar da qualidade dos salários dos militares, das condições dos militares, etc, mas pelo menos já é um sinal positivo que vem de lá, que muitas vezes, infelizmente esta área é negativa.

Termino agradecendo muito o convite aqui feito, os meus colegas falaram da Condição Militar e que está alvo de ataques já há muitos anos, as restrições mantêm-se mas depois, o que dava corpo a que essas restrições se mantivessem neste momento estão a ser coarctadas infelizmente, e isso já foi falado aqui pelos meus colegas, portanto, não vou abordar mais. Agradeço muito à AOFA este convite, são quinze anos, tive a sorte de participar nisso, fiz a proposta em 2001, o que serviu, com as propostas do governo, do Partido Social Democrata e do PCP depois como base para isto e continuo a dizer o mesmo: o que é mesmo necessário é cumprir e mudar as mentalidades em relação a esta legislação. Muito obrigado.

**Jornalista Carlos Varela** – Pronto! Então com o senhor deputado João Rebelo encerrámos o painel de oradores. Queria só, antes de passar às intervenções, espero que sejam bastantes, quero só realmente salientar que o senhor deputado João Rebelo falou de uma questão que é muito importante, que é a desconfiança sobre os militares. De facto a sociedade civil ainda vive um bocadinho sobre essa má imagem relativamente às Forças Armadas que, sobre os militares, que não corresponde à verdade, afinal os militares portugueses é que fizeram o 25 de Abril, não é? Portanto,

e contra isso, se me é permitida a expressão, batatas! Depois, por outro lado, o senhor deputado João Rebelo falou também de uma coisa que é triste, é lamentável, mas é preciso que se diga: em relação às audições relativamente às matérias, particularmente sobre direitos socioprofissionais dos militares, as associações não são ouvidas. Enfim! Quer dizer, ou seja, portanto, o governo não cumpre, digamos, acho que seja isso. É um bocadinho assim... eu como jornalista fico impressionado mas... pá, desculpem lá o “pá”, mas se alguém não cumpre, então está a cometer uma ilegalidade, não é? No mínimo uma infracção, já para não falar de detenções, como é evidente, mas no mínimo estamos a falar de infracções, portanto se a lei..., se o Estado não respeita a própria lei que manda para os cidadãos, não é? então em que ponto é que estamos? Depois, há uma outra questão também crítica que o senhor deputado João Rebelo falou, falou também que é os orçamentos. Os orçamentos é sempre o drama do costume e é verdade que quando há dinheiro não se gasta na Defesa, deixa estar. Quando não há dinheiro, corta-se na Defesa. Isso é sistemático, é, eu como jornalista estou habituado a isso, e portanto..., e como finalização, sem dúvida que a questão da Defesa, a questão das Forças Armadas, enfim, não é tão bem tratada na comunicação social como deveria ser, deveria ser tratada de uma forma bastante mais profissional, bastante mais séria, que não vivesse apenas dos picos mas que houvesse uma informação regular. Então vamos passar ao debate.

Como é que...? peço desculpa. Devido à minha ignorância... vou ter que tomar notas, não é? Esperem lá. É só um segundo, deixem-me arranjar aqui... uma folha de A4, ninguém arranja? Muito obrigado, ora bem. Eu creio que, peço desculpa, eu creio que aquele senhor... e há microfone, ou não? (vozes – Há! Há!) Está aí, pronto! Senhor Coronel, faz favor, e depois aquele senhor lá ao fundo, desculpe... Gil. Pá, isto vai ser complicado! O Lima Coelho tem que falar (risos). Senhor Coronel, tudo bem... isto é com cunhas, isto é com cunhas (risos), (vozes de fundo – Alguém da mesa pode ajudar...) É? Obrigado.



**Coronel Vasco Lourenço** – Eu agradeço, cumprimento e agradeço o convite para aqui estar e estando aqui a representar a Associação 25 de Abril estou também como sócio fundador da AOFA e até da ASMIR, também sócio. E lembro-me quando eu provocava os oficiais dizendo-lhes que pusessem os olhos nos Sargentos que criaram a Associação Nacional de Sargentos em primeiro lugar e que seguissem o seu exemplo. Ressaltou aqui hoje, de facto um problema grave, que o doutor Almeida Santos numa conversa que eu tive com ele, antes do fim do Conselho da Revolução me alertava para que isso era inevitável, as sociedades são sempre assim. Depois da intervenção dos militares numa guerra, a seguir olham para as Forças Armadas de uma forma muito errada. Ainda por cima, em Portugal juntaram-se duas coisas: foi o fim da guerra, depois a intervenção dos militares em que foram usados mas a seguir houve polémica e, ele bem dizia, preparem-se que a seguir ao fim do Conselho da Revolução vão ser muito maltratados. Por acaso ontem, nesta mesma casa, ali na Sala do Senado, estive a assistir e participar num debate sobre os quarenta anos da Constituição, e tive o prazer de ouvir o professor Costa Pinto, e também disse depois, finalmente, dizer, afirmar que o que se passou é que o poder político e os partidos políticos e os políticos, deram a entender, durante muitos anos que os militares foram obrigados a ir para os quartéis, foram obrigados a sair do poder e foram eles que impuseram a aprovação da



Constituição, que impuseram o fim do período de transição, e ele disse: hoje está-se a começar a perceber, com os estudos que estão a ser feitos, que é precisamente o contrário! Foram os militares através do Conselho da Revolução que empurraram e ajudaram o poder político à consolidação democrática. Finalmente, hoje, está-se a abrir os olhos. Daí a desconfiança que o deputado João Rebelo referiu aqui, que existia. É uma desconfiança artificial, que infelizmente ainda hoje se mantém muito mas que há que lamentar e esperemos que se ultrapasse, porque não tenhamos dúvidas, os militares portugueses, nomeadamente os militares de Abril, demonstraram a toda a gente que eram mais civilistas do que a maioria dos civis. Sendo militares, não eram militaristas e eram mais civilistas do que a maioria dos civis. Porque foram eles que avançaram para democratização, desde sempre, que impuseram contra todos, quase todos, os partidos políticos, impuseram as eleições, é bom recordá-lo, a seguir ao 11 de Março, ainda me lembro do professor Freitas do Amaral a dizer: “Ah! Os portugueses não estão preparados para eleições!” Porquê? À direita estavam receosos que as eleições..., como havia um militar que me dizia, antes do 25 de Abril, quando eu dizia, aí em Novembro ou Dezembro, “nós temos de fazer um golpe de Estado, uma Junta Militar, eleições e quem ganhar as eleições é que governa!” e ele me dizia, “nem penses nisso, porque o único, se nós fizermos eleições, o único partido que está organizado é o PCP e ele ganha as eleições” e eu lembro-me das reacções que tive “então se ganha as eleições não pode governar? Então o que é a democracia?”, “Bom, nem penses nisso!” É de facto esse receio, a seguir ao 11 de Março mantinha-se, mas do lado da esquerda começaram a ficar convencidos que face à dinâmica revolucionária se podia avançar para uma solução popular, de poder popular, democracia popular ou outro tipo de coisas. E portanto, foram os militares, na altura, que impuseram o cumprimento do programa do MFA, eleições no prazo de uma ano para a Assembleia Constituinte e organizaram as eleições. Organizaram num movimento extraordinário popular o recenseamento, passando de um milhão e quinhentos mil que tinham estado recenseados nas ditas eleições entre aspas em 73, para seis milhões e meio de votantes. E portanto, foram os militares que organizaram isso.

Bem, o problema é que isto ficou-se, depois houve também uma evolução, também foi referida hoje aqui, um problema complicado, eu..., e penso que tenho autoridade moral, face ao meu passado como militar para o referir, eu considero que as chefias militares elaboram num erro tremendo desde o início em relação às associações militares. Para mim, deviam olhar para as associações militares, e tive oportunidade de o dizer a muitos chefes de Estados-Maiores durante estes anos, deviam olhar para as associações militares como um dos melhores instrumentos de apoio à sua acção de comando. Não! Ficam com medo! Mas com medo de quê, pá? Com medo de quê? E então, têm criado obstáculos permanentes às associações militares, quando deviam olhar de facto como se esperava na prática e, eu farto-me de rir, estou a pensar por exemplo no Loureiro dos Santos, enquanto Chefe de Estado-Maior. Assim que deixou de Chefe de Estado-Maior foi para o Conselho Deontológico da AOFA. E eu lembro-me de ter dito “olha, bem vindo! Bem vindo, agora!” Agora também é sócio da Associação 25 de Abril, depois de estar na Reserva. Mas porquê? Porque é que não olham enquanto estão a comandar, para instrumentos extraordinários que podem ser de apoio à acção de comando? Bem, e é evi-

dente que sindicatos ou não, associações! Eu não me esqueço das declarações do então CEMGFA Soares Carneiro que disse “eu não sou o chefe do sindicato dos militares!” Eu fui ensinado enquanto militar a que o comandante é o chefe do sindicato dos seus homens, mas isso alterou-se! Alterou-se, infelizmente! Infelizmente alterou-se e deu origem e nós criámos as associações, mas o que é facto é que esse sentimento mantém-se e de facto é impressionante os obstáculos que se sentem ainda junto das chefias militares.

Quanto ao pensamento político, dos dirigentes políticos, ainda em relação àquela questão da civilidade, eu ainda ontem invoquei, e hoje invoco aqui outra vez, um episódio quando o António Guterres estava Primeiro-Ministro, fez umas viagens pelo País, tipo..., não é presenças abertas porque ele era primeiro-Ministro, e foi ao Alentejo e resolveu homenagear os militares de Abril num almoço em Alcáçovas, Foi onde nós tínhamos feito a primeira grande reunião conspirativa. E lá fomos... e durante o almoço, ele comete uma “gaffe” enorme, pá, com uma declaração que faz, que me obrigou a dar meia dúzia de pontapés por baixo da mesa a militares que começaram a querer reagir contra ele porque diz “Não! Agora eu estou muito mais confiante na... no espírito democrático dos militares portugueses, nomeadamente dos oficiais portugueses, porque como estão a participar muito na NATO, nas reuniões da NATO, estão muito mais democráticos” e eu digo “mas... está a brincar connosco? Então você está aqui a homenagear-nos por um acto de democracia que nós fizemos e está-nos a dizer que nós precisamos de ir à NATO para aprender a ser democratas?” Lá pediu desculpa, lá viu... mas o problema de facto é tramado. Também me lembro, eu durante estes anos que tenho insistido bastante para que, quando tenho capacidade de ligação com eles, porque às vezes não tenho tido, para que os ministros da Defesa recebam as associações militares, para que a Presidência da República receba as associações militares e lembro-me uma vez que consegui que o ministro da Defesa recebesse, acho que foi a Associação Nacional de Sargentos, se não me engano, foi a primeira que recebeu, acho que era o Castro Caldas, recebeu e tal, e depois o chefe de gabinete, que era um amicíssimo meu, oficial general, dizia-me “Eh pá, ó Vasco, estás a perceber, pá, o senhor ministro recebeu a associação, eh pá, mas então eles saíram daqui e foram fazer declarações contra algumas situações que existem?” e eu perguntei-lhe “ouve lá, mas tu achas que o facto de receber a seguir têm de concordar com tudo o que o ministro quer? Eh pá, receber para ouvir e para discutir, não os compra, e ainda bem que não se deixam comprar.” Mas o problema dos políticos é este. Não percebem, não percebem nem querem perceber, como eu costume dizer. E então, enfim, sou suspeito para falar mas eu quando participei nos Estados Gerais do PS tive a oportunidade de dizer “vocês são..., de facto, não percebem nada de assuntos militares, não querem perceber e têm raiva a quem percebe!” E depois andam normalmente e, neste momento nós já ouvimos aqui falar, a solução governativa é uma solução que desanuviou, descomprimiu, o País está muito melhor, é a minha opinião, mas em termos militares e de Defesa Nacional, os responsáveis do governo cometeram o mesmo erro que têm cometido até agora quando o PS, como eu lhes disse, “vocês andam com uma candeia acesa à procura de quem não percebe nada de Defesa Nacional, de quem é incompetente, para a seguir o nomearem ministro da Defesa!” Está claro! Como é que querem, pá, que..., com o ministro da Defesa que nomearam isto avance? Está a continuar o processo do Aguiar hífen Branco que foi um desastre, um desastre, mas portanto é o que temos, paciência, mas isto não quer dizer que eu não considere que a solução seja positiva e que seja considerada e que vá para a frente.

Só queria dizer mais uma coisa que, já estou a gastar muito tempo, mas só queria dizer mais uma coisa pequena que tem a ver até com a questão dos sindicatos ou não sindicatos. Eu lembro-me de ter dito, a certa altura da chefia do governo pelo António Guterres, ter dito “o governo só reage a cortes de estrada, porque cada vez que havia um corte de estrada vinham a correr resolver o problema, Os militares como não fazem cortes de estrada,

eh pá, vocês estão-se absolutamente borrifando para as posições deles e para o que eles defendem. Cuidado que os militares qualquer dia começam a fazer cortes de estrada.” E de tal maneira foi que quando veio a primeira manifestação dos militares, e eu apesar de ter participado nela sou contra essa situação, não defendo que os militares tenham necessidade de ir para a rua fazer manifestações, eu estive lá mas sou contra, mas aí, alto lá, houve cortes de estrada, temos que reagir, temos que reagir.

O problema, portanto, da lei não estar a ser cumprida, que é uma vergonha de facto a não audição, é uma vergonha, incrível, todos os dias eu lembro-me, eu lembro-me quando era comandante da Região Militar de Lisboa, e havia Conselho da Revolução, também se tinha o hábito de mandar os projectos de lei que havia e que era preciso ouvir as Forças Armadas, nomeadamente quando eram complicados, mandavam-se no início do Verão porque a malta está menos disponível para falar, e depois mandavam para a Região Militar e eu tinha que dar o parecer no prazo de oito dias. O Estado-Maior mandava-me e pedia-me oito dias para um projecto extremamente complicado e eu dizia “mas eu não vou dar o meu parecer pessoal, quero ouvir as minhas unidades”, e eu mandava para as unidades e depois, também tive que fazer mais que uma vez, uma unidade a mandar-me uma resposta no dia seguinte e eu dizer ao chefe de Estado-Maior, “Oh meu chefe de Estado-Maior, telefone a dizer que eu pedi o parecer da unidade, não pedi o parecer do comandante.” Bem, o que é que eu fazia? Eu ouvia, não dava parecer ao Estado-Maior mas depois, como eu era membro do Conselho da Revolução e também participava na Comissão Militar, eu aparecia na Comissão Militar para discutir o projecto com o parecer “aqui d’el rei, não sei o quê”... “Não, e pronto!” Portanto, sindicato, eu sou..., não sou a favor, agora, se não cumprirmos a lei, naturalmente vão ser obrigados, qualquer dia, a terem que confrontar-se com isso. Obrigado.

**Jornalista Carlos Varela** – Muito obrigado ao senhor Coronel Vasco Lourenço. Só queria lembrar relativamente aos medos, aos medos dos militares cortarem as ruas ou não cortarem a rua, lembro-me há uns anos, uns sustos valentes quando os militares passearam fardados ali na zona do Rossio (risos) São outros tempos. Pronto, eu ia dar então a palavra ao senhor General Gil. Faça favor.



**General Campos Gil** – Eu sou uma voz discordante das associações e do associativismo militar e é nessa qualidade que eu aqui vim. Aceitei o convite para logo à tarde falar sobre isso. Não sou contra os ventos da história, pelo contrário. Nem me revejo como o Velho do Restelo, mas situo-me nestas questões, no domínio dos princípios e das essências das instituições, portanto, onde, e contrariamente àquilo que foi a observação do senhor deputado do PSD e que o senhor jornalista Carlos Varela tão bem agarrou logo no início e após a intervenção do senhor deputado, que é a afirmação que fez de que as chefias militares não estão vocacionadas para assegurar os direitos socioprofissionais dos militares e, meu Coronel Vasco Lourenço, quanto eu apreciei a sua intervenção. O senhor continua na mesma. Continua um inspirador para os mais novos nestes domínios, embora não me situe cem por cento no seu campo, porque percebo que defende as associações, o associativismo e eu não por uma questão de princípio, mas folgo por que o meu Coronel marque claramente o limite entre o associativismo e a tendência sindical. Bem-haja por ter dito, porque me tirou as pala-



bras da boca. E bem-haja por me dar este incentivo para falar como o senhor falou. E porque o senhor foi ao longo da vida, não me tendo revisto muitas vezes nas suas posições, o senhor não deixou de ser sempre uma inspiração para os militares, quanto mais não fosse pela coragem que teve em falar e dizer o que pensa. E isso não é preciso associações para o fazer, meu Coronel. E o senhor não precisou das associações para o fazer, e eu também não! Mas a questão é muito simples, é efectivamente ponto assente, estrutural e cultural na instituição militar que é ao comandante, e a mais ninguém, que assiste a responsabilidade de zelar pelo bem-estar dos seus homens e este é, para mim, um dos pontos fundamentais em que assenta a minha convicção.

Naturalmente há opiniões distintas e eu tenho que as aceitar naturalmente, até porque a existência actual do associativismo militar, eu irei dizer isto à tarde na minha intervenção, não põe em causa princípios fundamentais da instituição militar. Claro que não põe, mas isso deixarei para a tarde. No entanto, e permita-me senhor deputado Jorge Machado, que a sua intervenção foi extraordinária e brilhante, foi, mas situamo-nos em campos distintos da dialética. Situamo-nos em campos distintos dos princípios como regemos e vemos a sociedade, naturalmente. E nessa perspectiva vamos cair em conclusões distintas. Portanto, quando o senhor deputado, e acima de tudo o senhor deputado utilizou uma palavra que é chave neste processo: “luta organizada”. Isso é próprio da dialética do Partido Comunista. Não é a minha, nem é a que está na essência da Instituição Militar. A luta organizada da Instituição Militar é na defesa do Povo, na defesa da Pátria e não na defesa dos meus direitos, porque eu tenho que assumir e aceitar que alguém cuide dos meus direitos e alguém cuide, são os senhores deputados que estão aqui sentados. Os senhores é que têm essa responsabilidade. Os meus direitos, poucos, porque eu voluntariamente prescindi de alguns dos meus direitos. Voluntariamente. E quando abraço esta instituição, abraço-a numa perspectiva de ordem, assumida, esperando que os senhores cumpram os vossos deveres para respeitar os nossos direitos. Esta é a minha posição que é filosófica, ora quando o senhor deputado põe a tônica na “luta organizada” o problema radica aqui. É que a luta organizada implica movimento, implica acção, acção contra qualquer coisa, que naturalmente, e muitas vezes, vai romper com o Estatuto estabelecido. E eu bem sei. Tenho a noção clara disto e também é de rupturas que a gente faz evoluir a sociedade, não tenho dúvidas nenhuma sobre isto. Mas, esta “luta organizada” conduziu-nos em tempos aos SUV, e eu lembro-me disso, porque já era militar do Quadro Permanente e Comandante, e quantos granéis, desculpem o termo, eu tive que viver enquanto comandante, precisamente em nome e por causa deste problema da luta organizada. E é por aqui que o senhor deputado, ao trazer esta palavra, este conceito, que é coerente na sua dialética do mundo, produziu, transferiu para dentro da Instituição Militar estas questões que bem cedo eu vivi. E ora, agora deixe-me conduzir para um terceiro aspecto da minha intervenção, e que tem a ver também com a intervenção do nosso Coronel Vasco Lourenço que, uma vez mais digo, apreciei. As chefias militares elaboram num erro na forma como lidam com as associações. É verdade. Dou-lhe razão, meu Coronel, e eu tenho responsabilidade de nisto, também. Nunca fui capaz de encontrar a forma adequada de lidar com as associações, mas olhe que não é por medo! Não é por medo, meu Coronel, e eu sou testemunha disso, pessoalmente. Não é por medo! Não teve a ver com medo, nem sequer com receio. É uma questão de princípio, mais uma vez repito. Porque as associações, no nosso entender, e na raiz última, estão-se a substituir, e aqui fecho o círculo, estão-se a substituir à cadeia de comando, àquilo que é a percepção inata no nosso ADN quando abraçamos a Instituição Militar. E isto é muito difícil. O senhor deputado João Rebelo disse-o muito bem. Ainda há resistência. Eu sou um deles. Mas a resistência é profunda e de princípios que não é fácil mudar-se ao longo do tempo. O problema e a questão é muito simples. Já não há como voltar atrás. Os princípios temos que os ter, mas temos realidades distintas e temos de saber tra-

balhar com elas, e é isto que de facto é hoje o grande desafio para nós, mais velhos, e para quem hoje está à frente das associações. E agora peço desculpa, e termino, senhor deputado Jorge Machado, porque aqui radica o problema da dialética do termo. É o problema da luta. A luta organizada é que vai bulir e vai dificultar no último rácio. Toda esta dialética, toda esta complicação do relacionamento e enquanto esta percepção não estiver diluída ao nível das chefias, e ao nível das associações, não sei se pelo menos para já, nos tempos mais recentes, será possível estabelecer um diálogo, franco, transparente, e de confiança, porque no fundo, no fundo isso é que é necessário e ponto final. Muito obrigado, meus senhores.

**Jornalista Carlos Varela** – Muito obrigado, senhor General. Peço ao senhor Lima Coelho, não é verdade? (Risos).



**Sargento-Mor Lima Coelho** – Muito obrigado. Antes de mais, se me é permitido e não querendo aqui cometer nenhuma inconfidência, não posso deixar de fazer uma referência e é também na qualidade de director do jornal “O Sargento” que o faço, que muitas vezes nós tratamos, porque temos razões para isso, os profissionais da comunicação social de uma forma muito dura, mas não posso deixar de referir os profissionais que acederam em fazer este trabalho, como foi referido pelo meu camarada Luís Reis, de moderação mas particularmente, e peço aqui desculpa ao meu amigo Carlos Varela por pôr a coisa assim, apesar da dificuldade com uma questão de saúde grave de um familiar próximo, não quis deixar de cumprir o compromisso e aqui está a ajudar-nos a fazer este debate. Obrigado, nós. Obrigado, nós. É sempre bom reconhecer quem faz as coisas. E aí, nós precisamos de quem o faça, como também aqui já foi dito, muitas vezes vai-se procurar a árvore defeituosa mas não se vai ver a beleza da floresta. E ultimamente os eventos têm-nos dado mais do que provas sobre isso.

Mas, aquilo que eu aqui queria trazer essencialmente porque, mais do que estarmos a comemorar, que não será uma comemoração, estamos a fazer uma evocação, com menos quilos, menos cabelo, mas cá estamos, ou mais cabelos brancos, mas estamos efectivamente a fazer uma evocação daquilo que há quinze anos é uma realidade e que levou dezanove anos a constituir. Ora, independentemente da concordância ou discordância de posições de princípio e do respeito que elas nos merecem pelas várias funções que vamos desempenhando, folgo em ter ouvido aquilo que para mim é fundamental e que em 2001 assistimos, que foi a procura, e esta palavra embora cansada hoje deve ser usada, a procura de um consenso no que à questão das Forças Armadas dizia respeito. E aqui foi importantíssimo que nesta casa, particularmente quatro deputados e um presidente de uma Comissão de Defesa, se tenham empenhado em encontrar esse consenso e tenham votado unanimemente uma lei que veio reconhecer direitos de cidadania àqueles que afinal, em democracia, obreiros dessa própria democracia, desses direitos não usufruíam, isto é quase esquizofrénico, de facto.

Mas também aqui ouvimos que, quinze anos depois, se reconhece que aquilo que por unanimidade foi votado e aprovado, está longe de cumprir a sua inteira abrangência. Ora, também já aqui ouvimos, e neste particular, com a presença do doutor Alberto Coelho, Director-Geral de Recursos da Defesa Nacional, que ao longo destes anos tem acompanhado muito de perto estas matérias, é efectivamente estranho que uma lei aprovada por unanimida-

de venha a não ser cumprida na sua totalidade. E estando aqui nesta casa, a casa da democracia, perante aqueles que têm por missão primária a fiscalização dos actos do governo, não temos visto acções sancionatórias dos actos do governo no incumprimento da lei! Mas vejo com muita satisfação o reconhecimento de que é preciso avançar. Ora, sendo militar, e nós os militares conhecedores da hierarquia e respeitadores da hierarquia..., o artigo segundo da lei, que fala dos “Direitos das Associações”, diz logo na alínea a) que “integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição na área da competência específica.” E só na alínea b) é que fala no “ser ouvida” sobre as questões do estatuto. Curiosamente, todos os diplomas que nos são remetidos, e muitas vezes mesmo quando as respostas não existem, são publicados com uma alínea que diz “no âmbito da lei foram ouvidas as associações.”! Então estamos apenas a cumprir a alínea b), ainda que mitigadamente. Então, a hierarquia, que para nós militares é importantíssimo, está aqui ferida de morte.

Para quando, e a pergunta é para todo o painel, e lamento que o senhor deputado Pedro Roque já não possa responder também, porque dada a sua ligação ao mundo sindical como dirigente da UGT que foi, poderia aqui também dar-nos uma leitura muito particular, estamos então em crer que com o actual quadro e com o actual enquadramento, e com a vontade dos deputados aqui presentes, pelo que já ouvimos e foi expresso, quero acreditar que doravante esta lei vai ser cumprida e as associações aqui tão bem representadas pelo presidente da ANS, presidente da AOFA e presidente da AP, irão ser efectivamente integrados em conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho, nas áreas relevantes, profissionais, sem por em causa, nem se querer substituir àquilo que é a função das chefias militares, que da coisa operacional já têm muito com que se preocupar.

Mas é relevante, e importante, o trabalho que as associações socioprofissionais podem dar às chefias militares e ao poder político, naquilo que é a questão socioprofissional e naquilo que é um apoio à difícil coisa de comandar. Aqui também se podem ajudar a ultrapassar eventuais medos.

Meus amigos, é bom ver esta casa, a casa da democracia, participar desta forma com todos os representantes e com representantes militares, a falar aqui com os associativos militares, olhos nos olhos, e bem-haja, amigo Carlos Varela, pelo esforço.

**Jornalista Carlos Varela** – Muito obrigado, Lima Coelho. Vou dar a palavra ao senhor Coronel Cracel. Por favor.



**Coronel Pereira Cracel** – Então, muito bom dia a todos. Eu, com a permissão do senhor General, eu não posso deixar de fazer aqui um breve comentário, ressaltando aqui e dizendo publicamente, que tenho muita estima pelo senhor General, mas que, relativamente às questões e à forma como as apresentou aqui, de facto nós divergimos, até por uma simples razão, eu cheguei a presidir, até há relativamente pouco tempo, à Associação de Oficiais das Forças Armadas. Mais que não fosse, era esta a razão. Mas permita-me só aqui um pequeno comentário sem querer entrar aqui em polémica. Eu, parece-me que o senhor General confunde um pouco aquilo que apelida de princípio, porque o senhor General tem os princípios que tem, e todos nós militares, camaradas que somos, eu também pessoalmente me guio por princípios, e princípios que respeitam a

minha Condição Militar, agora parece-me que aquilo que o senhor General apelida de princípios não condiz com aquilo que são os factos, com a realidade e efectivamente basta olhar para os factos, para a realidade, para o dever, como aqui foi falado, que de facto é o das chefias militares, que é o seu dever de tutela, a sua obrigação, inscrita no Estatuto dos Militares das Forças Armadas. Basta olhar para essa realidade, ferozmente lesiva e que tem vindo a ser lesiva dos interesses e da condição nossa de militares, e percebe-se que, de facto, deveria e deverá existir alguma organização, alguma instituição..., os militares de alguma forma, de facto, devem organizar-se de modo evidentemente a que não sejam colocadas, como nunca foram, tanto quanto me aperceba, e a minha experiência também mo diz, sem nunca pôr em causa a coesão e a disciplina militar e aquilo que é o papel das chefias militares. E isso, de uma forma, eu diria, harmoniosa, tem acontecido. Esse é um facto. Esse é um facto. As associações profissionais de militares nunca, que eu tenha conhecimento, puseram em causa as chefias militares.

E se me permite, então agora vamos..., vou àquilo que efectivamente nos trouxe aqui, e queria, antes de mais, manifestar aqui o meu regozijo por ver um assunto desta importância ser discutido na casa da democracia, por ilustres deputados representantes de todas as tendências do povo português e, se me permitem e sem discriminação para nenhum dos senhores deputados, um cumprimento especial para aqueles com quem mais privei, neste caso, o senhor deputado João Rebelo, do Centro Democrático e Social e o senhor deputado Jorge Machado do PCP, porque efectivamente foram interlocutores com quem pessoalmente tive o prazer e a honra de poder discutir matérias que nos interessam, matérias essas que hoje aqui estão a ser, digamos, abordadas num contexto que foi uma conquista enorme dos militares e deve-se, de facto, fruto da persistência e do sacrifício de alguns deles, um deles o Lima Coelho e outros, que sofreram na sua carreira militar, de alguns agravos e dissabores que o comodismo eventual não lhes traria certamente, se não lutassem efectivamente por algo que pudesse vir, pudesse vir a conseguir a defesa daquilo que estava verdadeiramente em causa, que era a Condição dos Militares. E é importante dizer aqui que o direito associativo é indissociável da Condição Militar. E a Condição Militar, como sabem, caracteriza-se por uma enormidade de severos deveres e restrições, como aqui foi dito, a começar pela dádiva da própria vida, e por um conjunto de outras restrições como eu disse e repito, deveras severas, passe esta cacofonia, e é isso que justifica plenamente que nós estejamos aqui a discutir algo que é importante para as associações profissionais de militares mas eu diria mais, é importante para que os militares e as Forças Armadas possam ter..., passar..., possam passar a ter uma representatividade junto dos portugueses, representatividade digna e honrada.

E apelava aqui aos senhores deputados, já agora, com um parêntesis, só para termos a percepção depois do que diferencia a teoria da prática, efectivamente as palavras que aqui foram ditas por todos, de uma forma ou de outra, eu revejo-me nelas, agora daquilo que é dito até aquilo que a prática nos faz ver, vai uma grande distância, deixem-me dizer-lhes que neste momento, até este momento, o ministro da Defesa Nacional, das Forças Armadas portuguesas, ainda não se dignou receber a Associação de Oficiais das Forças Armadas. Portanto, senhores deputados, já agora e como representantes que são do povo, evidentemente que nossos representantes também, é uma boa ocasião para eu apelar aqui para que este possa ser um marco a partir do qual, politicamente, os diferentes representantes dos partidos políticos aqui presentes diligenciem no sentido de que a prática corresponda efectivamente (Carlos Varela – senhor Coronel, desculpe. Peço atenção ao tempo...), OK, vou acabar..., a prática corresponda efectivamente àquilo que está legislado e determinado, mesmo para quem é ministro. Com licença. Muito obrigado.

**Jornalista Carlos Varela** – Muito obrigado, senhor Coronel. Eu peço aos oradores que vêm a seguir que encurtem as intervenções o mais possível dado o adiantado da hora. Vou dar a palavra ao doutor Leitão.



**Doutor Francisco Leitão** – Bom dia a todos e à mesa em especial. Eu vou tentar ser o mais breve possível, certamente os oradores que me antecederam terão outros dons daqueles que eu poderei aqui versar, no entanto vou lançar para a mesa questões práticas que abordo no dia-a-dia enquanto advogado de dezenas, talvez centenas de militares e a questão é tão simples e estamos aqui a discutir, a questão da evolução, da eventual evolução que as próprias associações nela não se revêm, que é de uma evolução da associação para sindicato. E aqui a questão prende-se essencialmente com a questão prática do direito, do direito de acesso do militar aos tribunais e a questão eventual, e lanço o repto à mesa e se pudessem responder de facto a esta questão, perdão, é saber até que ponto é que há a possibilidade de alterar cirurgicamente a lei por forma a que a associação, e atenção, poderá ser aqui criado, enfim..., algum receio de abertura de uma porta para o dito sindicalismo, que é a representação em juízo dos associados.

Falamos nós, e sabemos perfeitamente que as custas judiciais estão indexadas a uma determinada tabela, e que por iniciativa do governo, as mesmas não serão alteradas. Também sabemos que cada cidadão “per se”, e apesar de todo e qualquer cidadão que se possa coligar com outro na apresentação de uma acção em juízo terá que pagar sempre “per se” uma taxa de justiça, que nós sabemos que é imensamente cara e que eventualmente versa sobre o vencimento mensal. Estamos a falar de direitos imateriais, de direitos subjectivos, nomeadamente acesso a carreiras, impugnação de actos administrativos, impugnação contenciosa. E a questão tão simples é esta: por que não facultar no âmbito desta lei, sem abrir a porta ao sindicalismo, porque eu creio que se ouvirmos todos os presidentes das associações aqui representadas, nenhum deles é favorável ao sindicalismo, aliás, os presidentes são militares e de facto estão eivados dos princípios que enformam a Condição Militar, e a Condição Militar “per se” está ínsita a quem faz o juramento de bandeira, eu creio que é importante chamar à colação esta questão. Há sofismas do passado, há receios, há medos instalados inclusive nesta casa que, enfim, muitas das vezes através do “pipeline legislativo” nos deixa atónitos e muitas vezes sem saber até que ponto podemos acompanhar de facto a própria evolução porque sabemos perfeitamente que a sociedade castrense, a sociedade militar enferma de um problema que é conservadorismo, mas para a manutenção dos seus próprios princípios e para a manutenção do próprio garante da soberania do Estado, mas atenção, e eu apenas quero chamar a atenção de vossas excelências para a questão da representação em juízo, que é muito importante e, de facto, estamos aqui no debate, e eu não sou orador, apenas sou uma pessoa que no campo, advogado de uma associação, da Associação de Praças, que de facto muito me congratulo em ser, mas não só da Associação de Praças, mas também de militares que me procuram, a razão de alguma vertente, enfim, mais prolixa quanto à matéria que me é feito fazer a abordagem, a questão que se coloca essencialmente é o acesso ao direito, aos tribunais, que está legalmente compaginada e que não pode ser, não pode ser, por via da lei, restringida, tanto mais que colide com princípios constitucionais que a qualquer cidadão é permitido.

Portanto, deixo aqui este repto, se de facto há da parte dos partidos políticos aqui com assento na mesa, alguma intenção em alterar a lei por forma a que se ultrapasse aquilo que antes da última alteração ao regulamento de custas processuais se permitia, ou seja, se formos impug-

nar um regulamento, se temos vinte pessoas afectadas por uma decisão que vai contra o direito do militar, porque razão é que há uns anos atrás, se eu tinha vinte pessoas, autores coligados, e pagava uma só taxa de justiça, porque razão é que se actualmente eu intentar uma acção só para invocar o direito de um militar e que afecta dezenas deles, eu terei que pagar vinte taxas de justiça, se tiver vinte militares que estão a ser afectados, enfim. Por alguma lei que não lhes..., que lhes verta nomeadamente o acesso, legítimo, à progressão de carreira.

Portanto, é só este o repto, e se de facto, entre vossas excelências existe alguma iniciativa que é para deixar de facto, este..., porque eu também fui militar. Aliás, eu acho que maioritariamente todos nós aqui fomos militares e sabemos o que é ser militar e não colide. Ultrapasse-se o sofisma, ultrapasse-se o medo do passado, porque os militares não são alguém que pega numa arma e vai para a rua desatar aos tiros ou se possa aqui, conforme..., e eu acho que o senhor deputado Jorge Machado aqui esteve mal na própria concepção que quis levar, e isso são fundamentos certamente do seu partido, para a luta organizada. Eu creio que foi mal entendido, e não é isso, porque as associações não lutam organizadamente, (vozes – ai lutam, lutam...), agora também vos digo outra coisa, e de facto foi aqui feita referência, a referência quanto..., quanto à questão da falta de audiência ou à não audiência em tempo, quanto a diplomas tão fulcrais para a vida dos militares. Os problemas socio-profissionais, porque os chefes militares têm incumbência de comandar, que é de facto a questão da cominação legal. Não há cominação legal, ou seja, não há cláusula penal, se assim poderemos falar, relativamente ao não cumprimento da lei, que é uma lei orgânica da qual não dá possibilidade de, em tempo, as associações se poderem ouvir e, de facto, isso torna cada vez mais premente serem ouvidas. Obrigado.

**Jornalista Carlos Varela** – Não sei se algum dos senhores deputados queira dizer alguma coisa. Foram directamente interpelados...

**Deputado Jorge Machado** – Muito obrigado. Eu acho que a primeira consideração que queria colocar é que muitas vezes é referido o poder político e os políticos de uma forma genérica e eu acho que isso é uma formulação muito injusta, porque o poder político e os políticos não são todos iguais, como os militares não são todos iguais e, portanto, há que pôr os nomes concretos, a quem fez o quê e quem tem o comportamento que tem, e não meter toda a gente no mesmo saco. Eu não gosto disso. Não! Porque não me identifico, não me identifico, e o PCP não se identifica.

Depois, duas questões colocadas e depois a questão central que esteve aqui no debate. Acho que é inaceitável que o ministro ainda não tenha recebido a AOFA, é inaceitável, é demonstrativo em como ainda há resistências à efectiva consagração e aplicação do associativismo socioprofissional dos militares. É inaceitável. Vamos naturalmente questionar o ministro sobre esta matéria. Não haja dúvidas quanto a essa matéria, e sobre as questões, a última questão colocada da questão do acesso ao direito, o PCP tem vindo a defender a isenção de custas para todos os processos que são instaurados por associações, sindicatos e também por direitos de representação de interesses colectivos e, portanto, aí estamos salvaguardados. Há um problema grave do acesso ao direito que tem de ser resolvido com a diminuição das taxas de justiça, a proposta (vozes de fundo...), a proposta do..., sim, sim, mas nós temos vindo a defender essa perspectiva da isenção de custas para a representação colectiva de interesses e mais, também dos sindicatos, etc. Agora a questão que colocamos, aliás a proposta que referiu não é do governo, é do PCP, foi o PCP que fez uma proposta no Orçamento de Estado para que a alteração do IAS não significasse um aumento das custas e até reduzimos o valor das custas para os cem euros. É uma proposta do PCP no Orçamento de Estado que felizmente foi consagrada. Isso não significa que a gente não tenha que considerar outras medidas, só para lhe dizer é que o PCP está de acordo consigo (dirigindo-se a Francisco Leitão), nada mais que isso, já que há aqui várias interpretações erradas do que eu disse.

Oh pá, depois: sindicatos e associações!

Primeiro, uma clarificação relativamente ao momento histórico. O João Rebelo disse, e bem, na altura o PCP

defendia a criação das associações socioprofissionais, não partimos para a defesa dos sindicatos, A pergunta é: naquele contexto histórico, alguém acreditava que se o PCP propusesse sindicatos ele teria alguma viabilidade? Não tinha! Como é óbvio que não tinha! O que estava criado eram as condições para a criação das associações socioprofissionais.

Segunda questão: o que nós dissemos aqui na intervenção inicial. Hoje em dia, desafio e reflexão: hoje em dia, a representação meramente por via das associações socioprofissionais, com todos os problemas que aqui foram identificados, é suficiente ou precisamos de dar o passo seguinte? Bom, esse é o desafio que nós colocamos, é uma reflexão que nós colocamos. O PCP terá a sua opinião, mas nós também queremos ouvir a vossa. E portanto, também registamos aquilo que foram os contributos e a opinião que aqui têm sido formulados. Naturalmente que o PCP, longe de estar contra a criação de sindicatos, antes pelo contrário, se calhar é esse mesmo o passo. Estamos em condições de dar esse passo? Não estamos em condições de dar esse passo? É uma matéria que merece reflexão e ponderação e, nesse sentido, também estamos a ouvir-vos, a vossa...

Muito rapidamente, a questão da luta organizada! Eu acho que há aqui uma mistificação. Bom, então diz-se assim: Ah, não! A ideia é esta! Então não pode haver luta organizada. Temos..., o comandante é que representa os interesses socioprofissionais e têm de ficar sentadinhos à espera. Bom, podem ficar sentados à espera o tempo todo! Se estão à espera que seja a Assembleia da República, por via da correlação de forças que existe e que tem existido, a alterar as condições socioprofissionais dos militares, sem que vocês se mexam, podem ficar sentados, podem ficar sentados. E podem ficar sentados à espera dos vossos comandantes, porque isso também não vai acontecer. A história tem vindo a demonstrar, e eu faço o desafio, digam um, um direito que tenha sido dado aos militares, ou a qualquer outro cidadão, sem luta e conquista! Foram ou não conquistados? Foram dados pelo poder político? Eu não conheço. E a luta organizada, sim! Não há problema nenhum com a luta organizada. Porque o contrário da luta organizada é a inorgânica, a desorganizada. Eu não sei se isso é o que vocês querem... se calhar essa é pior! Se calhar essa é pior!

Porque a luta organizada significa o quê? As associações fazem luta organizada, como é óbvio, organizam-se colectivamente, ouvem os seus associados, promovem reflexão colectiva e depois tomam uma posição. A luta organizada é esta. É uma posição que reflecte o conjunto, o colectivo dos seus associados. Não há nenhum mal com a luta organizada. E não se confunda isto com a perspectiva de falta de coesão ou disciplina, porque isso foi o argumento do passado, para não permitir a criação de associações, e isso não aconteceu. Não houve problemas de coesão e de disciplina. Não está em causa a coesão e a disciplina naquilo que é o cumprimento das missões. Nunca estive, não está nem estará! Não é isso que se quer. O que se quer é que para a defesa dos interesses socioprofissionais dos militares, os militares se organizem, se organizem em estruturas representativas e caminhem na luta para a defesa dos seus interesses. Nada mais que isso. Qualquer outra concepção é criar monstros e fantasmas que não existem, na minha opinião, claro está!

**Jornalista Carlos Varela** – Muito obrigado, senhor deputado. Eu chamo a atenção que faltam quinze minutos para terminar os trabalhos, vou dar a palavra ao senhor coronel Alpedrinha. Peço que seja breve, senhor coronel.



**Coronel Alpedrinha Pires** – Muito bom dia, bom dia, uma saudação especial à iniciativa que as associações tiveram, e à disponibilidade que esta casa teve em receber este evento. Registo com muito apreço também as palavras que o senhor deputado João Rebelo referiu aos intervenientes neste processo histórico. É uma evocação que merece, designadamente pelas pessoas que já não estão entre nós. Eu, em primeiro lugar queria repor aqui..., fazer defesa de honra de pessoas que não estão aqui presentes, porque elas são instrumentais para aquilo que eu vou aqui dizer. O primeiro caso, e depois comunicarei isto ao Vasco Lourenço, não está aqui, mas não poderei deixar de o fazer, é as referências feitas ao general Loureiro dos Santos. O general Loureiro dos Santos não é defensor do associativismo depois de se ter demitido, ou de ter sido demitido de chefe de Estado-Maior do Exército. Ele foi essencial no apoio que deu à formação da associação de oficiais e tenho bem presente que não só em sede própria dentro da hierarquia do Exército, como sei que aconteceu, como em sede mais alargada, junto de muitos oficiais do Exército, e Sargentos, assumiu-se como um legítimo representante dos militares e se alguém tivesse alguma dúvida disso, ele ia desfazê-la... e “desfêse-a”. Ele assumiu-se, foi perseguido publicamente por se ter assumido como defensor dos militares e já disse ele nessa altura. “eu vou olhar para dentro do Exército”, e quem destruiu, ou quem destituiu, quem comprovou que o chefe não podia ser o defensor dos militares foi o seu Exército, a sua hierarquia, porque ele ficou a olhar para dentro da hierarquia e ela não se chegou à frente. Aliás, sabemos o que é que aconteceu depois da exoneração dele. É lógico que esse mito ficou desfeito desde essa altura. A gente só o pode reconhecer mais tarde mas ele ficou desfeito efectivamente nessa altura porque as pessoas não se assumiram como se calhar se deviam de ter assumido.

E recordo em momentos importantes que aconteceram na história, como por exemplo, a deserção do general Clausewitz, quando a Prússia foi ocupada ele se juntou ao Estado-Maior, ao Estado-Maior russo na luta contra a ocupação. Portanto, há aqui valores e princípios que nós, ou somos detentores deles ou então as situações levam-nos a consequências (Carlos Varela – peço para concluir, senhor coronel), e portanto, eu, neste percurso que tive, também recordo aqui em relação, designadamente a palavras do moderador, de uma audiência com certo chefe militar, não é? antes de uma ida para o Afeganistão, em que nós fizemos o rol todo dessas incompatibilidades, desses problemas, e me dizia esse chefe militar “Eh pá, mas o comandante da força acabou de sair daqui do meu gabinete e não me...”, ele sabia, se calhar, mas isto comprova de facto a importância de uma assessoria diferente, quer para a estrutura militar, quer para a estrutura civil. E eu ainda recordo o próprio chefe de Estado-Maior inglês foi a público, eu recordo-me de ver, foi a público pedir desculpas ao povo inglês porque não tinha dotado num processo que foi a tribunal, que houve acidentes, houve mortes, e ele veio a público, teve que vir a público pedir desculpa ao povo inglês.

Eu terminava aqui com algumas referências em relação àquilo que eu penso.

Em primeiro lugar fazendo um acto de contrição. É sempre bonito o arrependimento, não há nada mais bonito que o arrependimento e de facto eu dou razão ao senhor deputado. Havia durante muito tempo a ideia que uma perspectiva reformista seria necessária, seria adequada, a mais adequada, mas havia sempre, houve sempre o sentimento que não se produziu a necessária ruptura neste processo. E os jogos, o teatro das sombras chinesas continua. O primeiro ministro por quem fomos recebidos foi o doutor Vitorino, dizia-me ele: “sabe, senhor coronel, isto é um teatro de sombras chinesas, tem que ter calma!” e a minha declaração vai no sentido da frontalidade e da realidade. Esse teatro das sombras chinesas continua hoje. Hoje efectivamente os direitos são muito menos do que no momento em que era legalizado, no momento em que nem havia associações, em que a cadeia de comando era ouvida e as unidades eram ouvidas. Hoje, já nem os chefes de Estado-Maior dos ramos são ouvidos. É ouvida uma certa estrutura informal, de um corpo de Estado-Maior que não existe mas que percorre os gabinetes das assessorias. Portanto, há de facto..., neste momento, estamos muito piores

do que antes de haver associativismo. Portanto, temos que ponderar nisso.

Eu identifico claramente aqui uma ou duas necessidades de progresso. A primeira, porque esse desafio foi lançado, a primeira é de facto o reconhecimento da representação colectiva dos militares. Foi uma coisa que teve até às últimas, não ceder, e é uma fragilidade enorme. É importante, é necessário o direito de representação colectiva dos militares junto da justiça. Depois, é necessário rever o estatuto do dirigente associativo, que especialmente no que diz respeito aos oficiais, tem uma estigmatização do associativismo que é incompreensível. Portanto, e uma estigmatização do associativismo profissional em relação a todos os outros associativismos, porque os direitos, para exercer essas funções não existem, são completamente diferentes, são discriminatórios. (Carlos Varela – Desculpe a insistência, senhor coronel, mas vou deixar acabar) Eu, eram só estas duas referências que deixava, que é a necessidade de facto, de melhoria ou de criação de sedes próprias onde o diálogo social se estabeleça, porque a referência é esta, o diálogo social faz-se com forma estruturada, através de processos de audição, não é com bocas para a comunicação social, é em sedes próprias e não há sedes próprias e depois, a dignificação das Forças Armadas fica em causa porque há uma falência, uma falta de sedes próprias para produzir este diálogo, que não existem, infelizmente. Pela parte do governo, eu percebo, é muito difícil, não é por acaso. Quem está no governo, quem está no ministério da Defesa é igual a qualquer um de nós e tem a hierarquia do lado de lá e portanto, é importante perceber isso. Agora, que há que encontrar imaginativamente soluções para isto, há, e elas são necessárias. Obrigado.

**Jornalista Carlos Varela** – Pedia rapidamente ao senhor sargento-Mor... o senhor Almirante Castanho Pais, por indicação.



**Almirante Castanho Pais** – Dado o adiantado da hora..., tinha várias coisas a dizer, mas não vou..., vou só referir dois pontos: um primeiro é pessoalmente agradecer aos senhores deputados que aqui estiveram, as intervenções que fizeram que acho que se complementaram muito bem. O enquadramento histórico, o diagnosticar os problemas relacionados com esta questão do associativismo foram muito bem colocados e complementaram-se muito bem. Pessoalmente, muito obrigado. Um aspecto que eu gostaria de dizer, a imagem das Forças Armadas, de que o senhor jornalista Carlos Varela falou, falou que há desconfiança geral. Eu penso que não é assim porque os inquéritos de opinião que são feitos, pelo menos os últimos, há um tempo que não vejo, mas nos últimos anos, a imagem das Forças Armadas está no topo, aparecem normalmente os professores e os médicos à frente, ou não sei quê, e depois, normalmente as Forças Armadas, contrariamente a outros casos, como por exemplo, os políticos, que aparecem no fim, não é? Portanto... (Carlos Varela – Oh senhor Almirante, peço desculpa só por interromper. Eu não falei da desconfiança nas Forças Armadas. Eu falei, de que o senhor deputado João Rebelo é que referiu da imagem que está criada, de alguma desconfiança nas Forças Armadas e então eu limitei-me a falar..., eu não tenho..., mas nem é..., nem creio que ele tenha falado sobre essa questão em termos acusatórios, não! É uma ideia relativa a determinadas áreas da vida do país real). Bom, talvez eu não tenha entendido bem! Quanto a uma questão que já foi debatida mas é sempre bom tornar a falar dela, porque acho que não se esgota, os argumentos e os problemas relativamente ao

dever de tutela das chefias militares e ao problema do associativismo. Eu, pessoalmente e enfim, também até muito tarde, eu também não achava que eram necessárias associações profissionais militares. Foi preciso chegar a oficial general para começar a compreender que não era assim. E hoje tenho uma opinião completamente diferente. Agora, acho que elas não colidem. Acho que na perspectiva do que disse o Coronel Vasco Lourenço, devem-se até os chefes, podiam, ou querer aproveitar o trabalho feito pelas associações no sentido dele ser útil. Agora, quando são as próprias chefias que, como já foi dito, não são ouvidas em questões relativas aos direitos e aos interesses dos militares e, portanto, nem os próprios Estados-Maiores podem trabalhar nesses diplomas, e é tudo cozinhado ao nível do ministério da Defesa, qualquer coisa está mal. Evidentemente que assim o chefe não pode exercer o seu dever de tutela como deve. Acho que é fundamental que o chefe, e isso está nos regulamentos, tem o dever de tutela sobre os seus subordinados e o dever de tutela é pelo menos sobre os direitos, eu já não digo sobre os interesses, mas sobre o cumprimento dos direitos que não são cumpridos... Depois acabamos de ver que, no que respeita a esta Lei 3 de 2001, pois ao artigo 2, alínea a) e b) não são cumpridas, e isto não é só por este governo nem pelo anterior, é por vários governos, quer dizer, não se cumpre a lei no que respeita à integração sobretudo das associações nos grupos de trabalho, nos estudos, não sei quê..., para os diplomas. E depois é a audição, que mesmo assim é feita, às vezes, uma semana antes de uma decisão que já está tomada, não é? vamos lá ouvir as associações militares sobre, por exemplo, o Estatuto dos Militares, uma semana para se pronunciar. Mas isto é fictício, quer dizer, a lei não está a ser cumprida. Era isto essencialmente que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**Jornalista Carlos Varela** – Portanto, o senhor Sargento-Mor Manuel Custódio, tem exactamente três minutos.



**Sargento-Mor Manuel Custódio** – Três minutos, eh pá, é quase impossível, não é? É quase impossível mas vamos ver. Ora, boa tarde a todos. Parabéns às nossas associações por terem promovido este debate aqui na casa da República, como chamam, e eu não estou aqui em representação de nenhuma associação nem de nenhuma organização mas sim como Sargento-Mor, homem atento perante os problemas dos militares. Portanto, sou Sargento-Mor na Reforma, Sargento da Armada, e um dos fundadores e dirigente da Associação Nacional de Sargentos. E sobre esta questão que se falou aqui da luta, eu gostava aqui de dar o meu testemunho, não é? Se não fosse a luta dos Sargentos e se não fosse aquela determinação da Comissão Nacional de Sargentos, ter marcado aquele encontro em Sacavém, em um de Abril de mil nove e oitenta e nove, a Associação Nacional de Sargentos não se teria constituído, assim como depois as outras que seguiram o seu caminho. Portanto, a luta determinou isso e criou as condições para se criar as associações. Aqui, às vezes, com conversa com o Coronel Alpedrinha, portanto, sobre a necessidade da gente lutar, às vezes aqui o nosso Coronel fazia resistência, fazia resistência: “Eh pá, Custódio, isto, eh pá, uma acção assim, e tal...” não é? Mas depois, a gente fazia a acção e às vezes direitos conquistavam-se e o próprio Coronel Alpedrinha dizia-nos “Eh pá, é verdade! É uma chatice! Temos de lutar! Temos de fazer essas acções.” Mas o que é certo é que ele reconhecia que se não fosse assim, não íamos lá, não íamos lá! Não tínhamos esses direitos. Portanto, a luta é essencial. Agora uma preocupação, uma preo-

cupação, que é..., e que também está ligada à luta, não é? que é a nomeação do actual CEMA, o actual CEMA, o Chefe do Estado-Maior da Armada, não é? Então aquelas declarações dos deputados do PSD e do CDS sobre..., a pressionar o presidente da República e o governo sobre esta nomeação, isto não é luta, também? Isto não é luta para levarem a água ao moinho? Não é também luta para levarem a água ao moinho? É, sim senhora! E aqui levanta-se uma questão preocupante que é a partidarização das Forças Armadas, e isto está..., é contrário à Constituição da República Portuguesa. A Constituição da República tem lá no seu artigo 271 que nós os militares somos rigorosamente apertidários, mas este tipo de acção leva a que..., à partidarização das Forças Armadas. Isto é uma preocupação de todos nós e poderia ser um debate, e neste debate poderia estar aqui esta questão, a partidarização das Forças Armadas. E ainda sobre a luta, sobre a luta, sobre a luta... Já foi dito aqui pelo Coronel, pelo Coronel Cracel, o ex-presidente da AOFA, que o ministro ainda não tinha recebido as associações. De facto é verdade. O ministro não só não recebeu as associações, como todas aquelas coisas graves que o outro governo nos tinha feito, tinha feito aos militares, ele ao fim de um ano de já estar na posse, ao fim de um ano, continua, portanto, a não fazer nada. Enquanto alguns dos seus colegas do governo têm feito algumas reparações dessas malvadezas, como a gente lhes chama, que esse governo fez aos militares, este ministro já lá está há um ano e tal e ainda, nada, nada e nem as associações recebe. Muito obrigado... se passei os três minutos...

**Jornalista Carlos Varela** – Muito obrigado, senhor Sargento-Mor, pela forma como abordou o assunto. E certinho, certinho. Pronto, eu vou então, para finalizar, pedir ao senhor Aníbal Rosa, da Associação Profissional da Polícia Marítima.



**Senhor Aníbal Rosa** – Muito bom dia a todos. Agradecer o convite que fizeram à Associação Socioprofissional da Polícia Marítima e congratular-vos pelo bom trabalho e pelo bom evento que aqui está. Cumprimentar também os senhores deputados, os representantes dos sindicatos das polícias e demais associações que aqui estão. Ora, eu ouvi com atenção todos os palestrantes e enquanto funcionário, eu não sou militar, mas enquanto funcionário da Polícia Marítima, e sendo o meu comando um comando militar, revejo-me nas palavras do senhor deputado Pedro Roque quando dizia que as chefias militares não estão vocacionadas para a salvaguarda dos interesses dos seus subordinados. E não se percebe muito bem, com medo de quê? Portanto, parte-se do princípio que há aqui algum receio nesta salvaguarda. Por essa Europa fora, verifica-se que existem, já foram aqui mencionados também, vários sindicatos militares, Holanda, na Finlândia, na Bélgica, há dezenas de anos e, que se saiba, não são conhecidos casos de indisciplina, portanto já há dezenas de anos que existem e não são conhecidos casos de indisciplina.

Senão, vejamos! Porque não passar também, ou fazer também os sindicatos, pôr os sindicatos transversalmente a todas as organizações policiais e militares? Senão, vejamos! Os magistrados têm direito à greve? Têm! Os médicos têm direito à greve? Têm! Os bombeiros profissionais têm direito à greve? Têm! O corpo da guarda prisional tem direito à greve? Tem! A Polícia Judiciária tem direito à greve? Tem! O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tem direito à greve? Tem, sim senhor! E não é por causa disso que os profissionais, por terem direito à greve, que se

vão encerrar tribunais, que se vão fechar os quartéis de bombeiros e que se vão fechar hospitais e que as funções de cada organização não sejam cumpridas. A meu ver, é fundamental envolver todos os militares, todos os profissionais e todos os trabalhadores destas organizações, na prossecução dos objectivos destas organizações, ou seja, é importante a sua representação e a sua actividade junto das tutelas bem como junto do comando.

Deixo agora, em jeito de sugestão, aos senhores deputados que em tempo de uniformização, em tempo de uniformização de políticas comuns entre a Defesa e a Segurança Interna, que de alguma forma se pense na uniformização do direito à greve. Tanto aos profissionais da polícia como aos militares, quebrando assim este preconceito de décadas que, quanto a mim, parece-me estar ultrapassado, e não é por causa da greve ou do direito à greve, que os profissionais vão deixar de exercer as suas funções tão bem quanto sabem e quanto podem. Muito obrigado, mais uma vez, pelo evento.

**Jornalista Carlos Varela** – Para finalizar, agora é que é, pelos vistos agora é que é, senhor José Miguel da APG, Associação dos Profissionais da Guarda.



**Sargento-Ajudante José Miguel** – Muito bom dia, sou o Sargento-Ajudante Miguel, sou o vice-presidente da Associação dos Profissionais da Guarda, queria desde já também congratular-me pelo convite que nos foi endereçado a estarmos presentes nesta sessão evocativa e dizer, de alguma forma, que perante tudo aquilo que foi dito, as associações, quer profissionais das forças de segurança, quer militares, existem para ajudar os seus profissionais, para ajudar os profissionais das forças de segurança e os militares, a desempenhar muito melhor as suas missões. Não há qualquer objectividade em que as associações sejam contra as hierarquias, sejam contra a justiça e a disciplina, porque as hierarquias existem, as hierarquias são necessárias e se forem respeitadas, ascendente e descendentemente, o bom sucesso das associações será sempre muito melhorado, e o desempenho dos profissionais será melhorado.

Um terceiro ponto que eu queria referir, e muito rápido, em relação a uma expressão que foi aqui referenciada como muito determinante, a nossa Nação foi vivida e construída com lutas na rua. Desde o Viriato ao D. Afonso Henriques, à padeira de Aljubarrota, aos Capitães de Abril, e perdoem-me a expressão, aos “Secos & Molhados”, nós somos uma Nação construída de lutas na rua. Portanto, não há que ter medo de referenciar lutas organizadas. As lutas organizadas são organizadas, e se forem organizadas de uma forma coerente, o desempenho dos profissionais será sempre muito melhorado. Era só isto! Muito obrigado.

**Jornalista Carlos Varela** – Pronto! Então agora sim. Estão encerrados os trabalhos agora de manhã. Quero agradecer a todos os presentes. Creio..., não, se há mais alguma coisa para acrescentar. Creio que as declarações foram extremamente elucidativas, futuramente poderá ser necessário fazer alguma alteração, alguma adaptação. Vamos ver o que de futuro vão fazer as chefias militares, o que é que vão continuar a fazer os governos. Vamos ver se toda a gente chega a um acordo independentemente ou não de ser preciso lutar! (risos). Muito obrigado!

E este painel, “A Perspectiva Parlamentar e Legislativa”, terminou, com o Cabo Vitor Nicolau, a convidar os presentes para se dirigirem para o almoço, anunciando a retoma dos trabalhos da parte da tarde.

Com a edição nº 96 do jornal “O Sargento” será publicado um suplemento sobre o painel da tarde.